

NÃO HÁ PLANETA B

As alterações climáticas provocadas pelo aquecimento global foi o tema escolhido para esta edição da revista *VeZ e Voz*. Com esta escolha pretendemos contribuir para o debate e o esclarecimento de quem nos lê, em particular os associados e associadas da rede Animar e demais agentes do desenvolvimento local e da economia social e solidária, áreas particularmente sensíveis às questões ecológicas dado o impacto que estas têm na qualidade de vida das pessoas. Para isso convidámos pessoas conhecedoras das questões ambientais, com conhecimento académico e empírico, cujas abordagens nos dão um retrato diversificado, ainda e naturalmente sempre incompleto, dos problemas que hoje se colocam a todas e todos nós, para que a humanidade de hoje e do futuro tenha as condições de vida e de bem estar asseguradas.

Diz-nos a ciência que se não forem tomadas medidas urgentes e robustas, à escala global, a humanidade será extinta, dado estarmos a atingir um ponto de não retorno. Aquele a partir do qual a natureza já não é capaz de absorver a poluição, os níveis de CO² e outros gases com efeito de estufa acumulados na atmosfera, repondo assim, o equilíbrio ecológico necessário à existência de vida humana. São várias as evidências, fazendo-se sentir com crescente gravidade, ano após ano. Por exemplo as secas, a subida da água dos oceanos, os incêndios devastadores, o desaparecimento de espécies ou a descaracterização das estações

EDITORIAL

do ano, que acarretam graves consequências sociais, atualmente já sentidas, tais como as migrações em massa, as guerras, a pobreza e as epidemias, empurrando a humanidade para o limite da existência.

É um dever de cidadania contribuir para uma maior justiça climática, contribuindo para que a sociedade civil seja parte da solução na procura de medidas para banir o uso dos plásticos, as culturas intensivas, a manipulação genética de animais e plantas (cujas consequências desconhecemos), acabar com o desperdício e a sobreprodução de alimentos. Há que igualmente repensar os modelos de desenvolvimento e rejeitar o atual, cuja lógica não é a da satisfação das necessidades humanas. O que significa passar a olhar para a agricultura familiar com outros olhos, apostar nas energias limpas, reduzir a dependência dos combustíveis fósseis, alterar hábitos alimentares, de consumo e mobilidade, inventando uma outra economia e reforçando a economia solidária, e um outro planeamento urbano e de ordenamento do território que não favoreçam o despovoamento, o crescimento das cidades e a manutenção de indústrias predadoras dos recursos naturais e alheias à economia circular e à sustentabilidade ambiental.

Porque entendemos que o desenvolvimento local e a economia social e solidária não são indiferentes a estas questões, e que há muito veem pugnando por uma tal transformação, desenvolvendo experiências e acumulando saberes na criação de alternativas comunitárias ao sistema económico dominante – sustentáveis e preservadoras da biodiversidade –, demos voz ao que na rede Animar se vem fazendo nesta matéria, nomeadamente pela voz das organizações Oikos e AguiarFloresta e do ProjectoAlimentAção, esperando que este possa ser um contributo e um impulso para continuarmos a lutar pela nossa casa e causa “comum”, a sustentabilidade da humanidade como parte igual da biodiversidade, partilhada com tantas espécies no nosso extraordinário mundo...

MARCO DOMINGUES,
Presidente da Animar

VEZ E VOZ

Revista da rede Animar
- Associação Portuguesa para o
Desenvolvimento Local
Nº 11 (3ª Série) 2020

DIRECTOR

Marco Domingues

EDIÇÃO E IMAGEM

António Barata

CORRESPONDÊNCIA

Av. Santos Dumont, 57 - 1º Esq.
1050-202 LISBOA

animar@animar-dl.pt
www.animar-dl.pt
www.facebook.com/
associacao.animar
https://agencianimar.com
vezevoz@animar-dl.pt
Telef.: 21 952 74 50

ISSN: 1646-852X

IMPRESSÃO

Tondelgráfica - Artes Gráficas
Rua Dr. Abel Lacerda
Apartado 53
3460- TONDELA

Tiragem: 600 exemplares

Distribuição gratuita

As opiniões expressas nos artigos são da exclusiva responsabilidade dos autores

A revista Vez e Voz respeita as opções dos autores dos textos relativamente ao novo acordo ortográfico da língua portuguesa



EDITORIAL

- 3** Não há planeta B
Marco Domingues

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/ AQUECIMENTO GLOBAL

- 6** O ciclo vicioso das alterações climáticas
Rúben Oliveira, LPN
- 14** Reconciliar economia e ecologia: condição necessária para um futuro sustentável
Álvaro Fonseca, Rede para o Decrescimento
- 22** Alterações climáticas e biodiversidade
Helena Freitas, Universidade de Coimbra
- 25** O binómio vulnerabilidade e resiliência na estruturação dos processos de desenvolvimento local: a experiência da Oikos em Moçambique
João José Fernandes, Oikos
- 34** Alimentação e sustentabilidade dos ecossistemas
Duarte Marques, AguiarFloresta

- 36** Sistemas alimentares locais & animação territorial – Contributos para uma estratégia de valorização da pequena produção
Artur Gregório, In Loco

ALIMENTAÇÃO! CIRCUITOS CURTOS AGROALIMENTARES

- 44** O direito humano à alimentação em tempos de pandemia
Tânia Gaspar, Animar
- REGISTO**
- 49** - Animar defende revisão da composição do Conselho Económico e Social (CES)
- Parecer da Animar sobre a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da Acção Social
- 50** - Reflexão e recomendações para políticas públicas e fomentadoras do desenvolvimento local e da coesão social e económica

REGISTO

Pág. 49

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

Pág. 49

- 53** - Animar propõe o reforço de medidas de apoio para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade psicossocial e económica
- 56** - Animar pede reforço de medidas de apoio às comunidades ciganas
- 57** - Em defesa dos direitos dos imigrantes – por um tratamento justo e humano dos imigrantes

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 62** - Objectivos do desenvolvimento sustentável/Agenda 2020 – Indicadores para Portugal
- Biodiversidade das terras agrícolas. O contributo da PAC não travou o declínio – Relatório especial
- 63** - O uso da água em Portugal – 10 ideias-chave
- Plano metropolitano de adaptação às alterações climáticas/Resumo
- Água é vida
- 64** - O ambiente na Europa: Estado e perspectivas 2020 /Sumário executivo

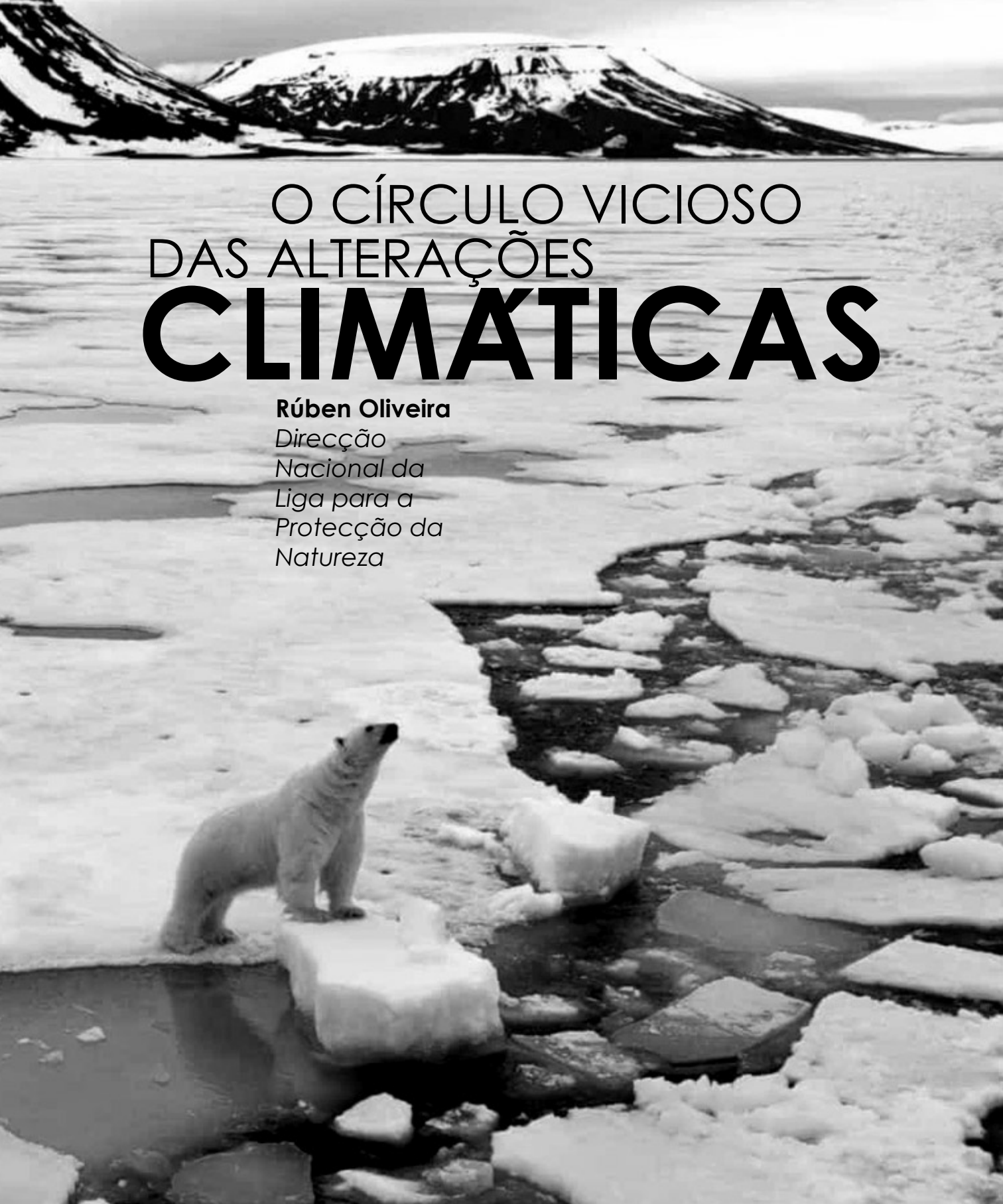
ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O PLANETA ESTÁ A AQUECER, APROXIMANDO-SE DE UM PONTO DE NÃO RETORNO QUE LEVARÁ AO DESAPARECIMENTO DE INÚMERAS FORMAS DE VIDA, INCLUINDO A HUMANA, SE NADA FOR FEITO.

CONHECEDORES DAS QUESTÕES AMBIENTAIS FALAM-NOS DAS CONSEQUÊNCIAS DO AQUECIMENTO GLOBAL PARA A BIODIVERSIDADE DO PLANETA E PARA A HUMANIDADE, DA ALIMENTAÇÃO À SUSTENTABILIDADE DOS ECO-SISTEMAS, DA PRESERVAÇÃO DAS FLORESTAS, DO USUFRUTO DA ÁGUA, ETC.







O CÍRCULO VICIOSO DAS ALTERAÇÕES **CLIMÁTICAS**

Rúben Oliveira

Direcção

Nacional da

Liga para a

Protecção da

Natureza

A Terra, ao longo da sua história, sofreu várias mudanças abruptas do seu regime climático, com origem natural. Os períodos glaciares, alturas em que massas de gelo desceram do Ártico em direção ao Equador e cobriram uma importante parte do hemisfério Norte, são talvez os mais famosos, muitas vezes associadas à imagem dos grandes mamutes. Embora os mamutes estivessem adaptados aos climas frios, essa não era a realidade para muitas outras espécies de animais. Na Europa, muitas espécies – quer de animais, quer de plantas – fugiram do frio para Sul, até ao Mediterrâneo, à procura de climas mais amenos e de condições mais propícias à sua existência. Esta é uma das razões pelas quais o Sul da Europa, e em particular a Península Ibérica, Itália e a região dos Balcãs constituem hoje um verdadeiro *hotspot* de biodiversidade. Há cerca de 10 mil anos atrás, o período glacial chegou ao fim e os mamutes, adaptados aos climas frios e embora capazes de se deslocarem para Norte, não resistiram ao aquecimento do planeta e, sobretudo, à pressão humana, que já nessa altura se fazia sentir, acabando por se extinguir. As espécies que se tinham refugiado no Sul, aproveitando o recuo dos glaciares e o retorno de melhores condições a Norte, deixaram de estar aprisionados e colonizaram mais territórios.

As regras da Natureza que definiram este episódio mantêm-se inalteradas, pelo que o conhecimento dos factos passados são cruciais

AS GERAÇÕES DO PRESENTE TÊM NOS SEUS OMBROS A RESPONSABILIDADE DE AGIR, NAS SUAS MÃOS A CAPACIDADE DE O FAZER, E NA SUA VISÃO O DEVER DE PROTEGER AS GERAÇÕES DO FUTURO

para percebermos o presente e projetarmos o futuro. Para fazer face às adversidades climáticas as espécies têm duas hipóteses de resposta: a adaptação, resposta mais lenta, e a deslocação, resposta mais rápida. Os mamutes adaptaram-se aos climas frios e puderam sobreviver em condições mais extremas e as espécies que não partilharam da mesma capacidade, deslocaram-se à procura de condições que lhes fossem mais favoráveis. Quando as mudanças e as pressões são demasiadas e não é possível ultrapassá-las, as espécies perdem-se para sempre, assim como as relações que estabeleciam com toda a comunidade. Com claras limitações na deslocação, as plantas, apesar da pouca atenção que lhes é dada, representam hoje o grupo de espécies mais ameaçado e com maior risco de extinção.

As alterações climáticas de origem antropogénica impõem uma ameaça severa à biodiversidade, ecossistemas e aos serviços que nos prestam. Enquanto os episódios glaciares foram graduais, as mudanças atuais avançam a uma velocidade sem precedentes. O Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas das Nações Unidas fez saber que o aquecimento global, após o último período glacial, avançou a uma velocidade 10 vezes mais lenta do que no século XX. Com a taxa atual de aquecimento,

as espécies não têm tempo para se adaptar, pelo que a deslocação é a resposta mais comum dentro das suas capacidades. E que consequências nos trazem estes movimentos? Olhemos para dois exemplos que espelham o impacto nas nossas condições de vida: a saúde e a economia.

Os mosquitos são vetores de várias doenças como a malária, dengue, zika, chikungunya e a febre amarela, que são mais prevalentes nas regiões tropicais da América do Sul, América Latina, África e Ásia. Os dados da Organização Mundial de Saúde mostram que, em 2019, a malária afetou mais de 228 milhões de pessoas em tudo o mundo, com mais de 400 mil mortes registadas. No seu conjunto, as doenças transmitidas por mosquitos afetam cerca de mil milhões de pessoas e matam mais de um milhão anualmente. Esta calamidade sanitária que afeta dezenas de países tende a tornar-se uma realidade em mais regiões, graças ao progressivo aumento da temperatura média global. Com o aumento da temperatura, aumentam as áreas com condições favoráveis à existência dos mosquitos, pelo que os cenários futuros reportam uma maior incidência destas doenças a Norte, inclusivamente no continente europeu. As invasões de espécies tropicais irão tornar-se cada vez mais frequentes nos próximos tempos.

Para falarmos da economia, olhemos para os oceanos. As emissões de gases com efeitos de estufa estão a levar não só ao aumento da temperatura dos oceanos, mas também à sua acidificação, ao aparecimento de zonas mortas – sem oxigénio e sem vida – e a deslocações nos nutrientes que alimentam a base das cadeias alimentares marinhas: o fitoplâncton. As alte-

rações na sua distribuição, abundância e fenologia (períodos do seu ciclo de vida, como a florescência) são particularmente relevantes, pois têm consequências na produtividade dos oceanos e ecoam por toda a comunidade. As características inerentes ao meio marinho, nomeadamente a dispersão das espécies através de correntes oceânicas potenciam ainda mais os efeitos das alterações climáticas. Um estudo recente demonstrou que, em média, os organismos marinhos movem-se 72 km a cada dez anos, ao contrário dos terrestres que se ficam pelos 6 km. O mesmo estudo demonstrou que o fitoplâncton se move a uma velocidade média de 470 km por década, e os peixes a mais de 200 km. O mesmo estudo demonstrou que a época de florescência do fitoplâncton tem sido antecipada cerca de 6 dias por cada 10 anos, levando a que, ao longo do tempo, se crie um desfasamento cada vez mais acentuado entre a procura dos peixes por alimento e a sua disponibilidade, com claras consequências para o sector das pescas. Mas os efeitos não se ficam por aí. Olhando para o cenário geopolítico, o movimento do fitoplâncton no Atlântico Norte, por exemplo, terá implicações nas zonas económicas exclusivas de cada país e na gestão dos recursos marinhos. À medida que os oceanos aquecem, é esperado que os peixes das zonas de clima temperado se desloquem para Norte e sejam substituídos por espécies de climas mais quentes. Esta questão, em massas de águas semifechadas como o Mar Mediterrâneo são ainda mais relevantes devido à limitação das deslocações. Aqui, é esperado que a temperatura aumente em média 1,4° C até 2040, levando a que mais de metade da extensão da plataforma continental perca peixe em diversi-



dade e abundância. A procura de zonas marinhas com temperaturas mais baixas afastará muitas espécies de peixe das habituais zonas de pesca, com graves consequências socio-económicas. O caso de Portugal destaca-se dos demais da União Europeia, visto sermos o maior consumidor de peixe por habitante (55,6 kg, *per capita*, por ano), e ocuparmos o terceiro lugar a nível mundial.

O aumento do nível médio do mar é outro dos problemas a destacar. É relativamente comum ouvirmos notícias sobre novos glaciares que se desprenderam das massas centrais e que se encontram à deriva, alguns deles de tamanho comparável ao de todo o Algarve. O progressivo degelo dos glaciares e a redução das camadas de gelo formadas durante o Inverno são consequência e origem do aumento da temperatura: consequência, pois a temperatura conduz ao degelo, e origem, pois a redução da sua área diminui o albedo, o efeito de reflexão da

radiação solar que acaba por ficar retida na atmosfera e aquecer ainda mais o planeta. Um círculo vicioso que dificilmente é interrompido e que levará o mar a subir alguns metros até 2100 segundo alguns estudos. Mesmo com uma diminuição abrupta das emissões de gases com efeito de estufa, estima-se que a subida do nível do mar traga consequências a cerca de 300 milhões de pessoas já em 2050. Todas as regiões do mundo com baixa quota estão ameaçadas, desencadeando migrações de larga escala e alertas humanitários, sobretudo nas regiões mais pobres do mundo e nas pequenas ilhas-nação. A erosão costeira, as intrusões salinas – infiltrações de água do mar em aquíferos, uma das mais importantes fontes de água doce para consumo humano – e o aumento da frequência e severidade das cheias são algumas das principais consequências. Em Portugal, as zonas estuarinas do Tejo e do Sado e as Rias Formosa e de Aveiro são as mais suscetíveis.

Este lento avanço traz consigo um peso de milhares de milhões de euros para a economia. As cheias são apenas um exemplo dos eventos climáticos extremos potenciados pelas alterações climáticas. Devido ao aquecimento dos oceanos, a intensidade dos furacões e tufões tem aumentado, aumentando ainda mais os danos materiais e humanitários que frequentemente vemos nas notícias. As ondas de calor seguem a mesma tendência e na Europa os seus efeitos têm-se sentido cada vez mais e durante mais tempo. Mais calor significa uma menor retenção das massas de água nas barragens e nos rios, menor disponibilidade de água para consumo e para a agricultura, e um impulso à desertificação. Embora o Sul e o interior de Portugal sejam as zonas mais suscetíveis, os efeitos da desertificação sentir-se-ão em cada

vez mais locais. Estamos mais uma vez perante um círculo vicioso: vemos as alterações climáticas a promover a degradação do solo que, sem condições para sustentar vegetação, se torna incapaz de reter carbono e de ajudar no combate às alterações climáticas. A insustentabilidade das práticas agrícolas extensivas que conduzem a um solo degradado e a um desperdício de água caminham no mesmo sentido das alterações climáticas, pelo que os apelos ao repensar do sector e da legislação que permite práticas danosas não é feito em vão. Como nos estamos a aperceber, o principal efeito das alterações climáticas é piorarem todos os outros desafios que já enfrentamos.

A região Mediterrânica verá grandes alterações nas suas comunidades biológicas dentro de pouco tempo, motivadas não por um, mas



ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/AQUECIMENTO GLOBAL

por inúmeros efeitos cumulativos que caminham ininterruptamente rumo à tragédia.

Desde 2004 que a Liga para a Protecção da Natureza (LPN) tem vindo a trabalhar com vista à manutenção de um grande corredor ecológico na região Sudeste do país, que permita a conectividade entre territórios adequados à presença de espécies ameaçadas com grandes exigências espaciais. Nesse sentido, em novembro de 2019 deu início ao planeamento de uma iniciativa de restauro ecológico na Margem Esquerda do Guadiana, para a tornar a paisagem mais natural, multifuncional e resiliente ao clima. Com 250 mil hectares, esta paisagem singular do sul de Portugal inclui um raro mosaico de *habitats* mediterrânicos, que prestam importantes serviços de ecossistema (provisão, regulação, su-

porte e culturais), incluindo regulação hidrológica, armazenamento de carbono e proteção do solo, e que suportam alguns dos mais altos níveis de biodiversidade encontrados em qualquer agroecossistema cultural. Aqui, duas áreas da Rede Natura 2000 abrigam, cada uma, cerca de 100 espécies de importância ao nível Europeu, incluindo o lince ibérico, a águia imperial ibérica e o abutre preto, Criticamente em Perigo em Portugal e alvo de esforços de conservação desenvolvidos pela LPN.

Contudo, esta é também uma das paisagens mais suscetíveis à desertificação, potenciada pelas alterações climáticas. A sua heterogeneidade e a riqueza da biodiversidade dependem da multifuncionalidade e da gestão extensiva da terra, trabalhando com processos naturais à escala da paisagem, um sistema que se está a



perder devido à intensificação, por um lado, e ao abandono rural, por outro. A mortalidade de árvores e a falta de regeneração, a expansão de arbustos lenhosos, e o empobrecimento de pastagens e solos são evidentes. A agricultura de regadio e a mudança no uso do solo levaram à perda, fragmentação e degradação dos *habitats* naturais e do mosaico da paisagem. As alterações climáticas e o aumento do risco de incidência e gravidade de incêndios florestais representam ameaças adicionais a esses sistemas ecológicos de importância global já sob pressão e em declínio.

Entre outras ações, a LPN e o Centro Mundial de Monitorização da Conservação do Programa Ambiental das Nações Unidas – líder mundial no conhecimento de Biodiversidade – examinarão a resiliência climática das possíveis atividades de restauro com base em projeções de alterações climáticas para o sul de Portugal e os impactos esperados das mudanças climáticas em espécies, processos eco-

lógicos e no sistema agroecológico. Serão tidos em conta fatores como o risco de incêndios florestais, a tolerância de espécies-chave (incluindo sobreiros e azinheiras) e como estas espécies mudarão espacialmente, tendências de seca e aquecimento e implicações para culturas e potencial disseminação de doenças. Essa análise ajudará na construção de uma estratégia de restauro que resulte numa paisagem adaptativa e, quando necessário, transformável, que suporte comunidades e biodiversidade a longo prazo num cenário de mudanças climáticas.



É impossível não dedicar também umas palavras aos incêndios florestais. Os incêndios em Portugal, na Suécia, Sibéria, Indonésia, Austrália, Califórnia e na Amazônia – entre tantos outros locais – foram notícia dias a fio e as imagens catastróficas das chamas a assolarem florestas, animais e humanos deram origem a manchetes impossíveis de esquecer. Desde a mão humana à má ges-

É impossível não dedicar também umas palavras aos incêndios florestais. Os incêndios em Portugal, na Suécia, Sibéria, Indonésia, Austrália, Califórnia e na Amazônia – entre tantos outros locais – foram notícia dias a fio e as imagens catastróficas das chamas a assolarem florestas, animais e humanos deram origem a manchetes impossíveis de esquecer. Desde a mão humana à má ges-



ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/AQUECIMENTO GLOBAL

tão territorial, é seguro dizer que todas as fontes foram alimentadas pelo aumento da temperatura global. Não arderam só climas habitualmente temperados ou quentes, mas também extensas áreas em climas mais frios como a Sibéria. É praticamente impossível fazer as contas aos milhões de hectares arditos e às suas consequências ambientais, sociais e económicas. As florestas representam grandes armazéns de carbono, retirando-o da atmosfera e assim contribuindo para o combate às alterações climáticas. Quando ardem, toda esta função vital desempenhada durante os longos anos do seu crescimento é perdida, e o carbono que retinham acaba por contribuir ainda mais para as alterações climáticas. Por esta altura, percebemos que o conceito de círculo vicioso é assustadoramente omnipresente quando falamos de alterações climáticas. No contexto florestal, a LPN encontra-se também a implementar um projeto de restauro florestal na sua Quinta da Moenda, em Vila Nova de Poiares. Perante a substituição da diversidade natural

por monoculturas de eucalipto e o desordenamento do território a resiliência das florestas acabou por ser perdida. É para a sua recuperação que a LPN tem vindo a trabalhar com um projeto piloto que visa mostrar as vantagens das florestas autóctones na diminuição do risco de incêndio.

Infelizmente, é impossível escapar a uma visão catastrofista do impacto das alterações climáticas no nosso planeta, o que não significa a impossibilidade de as combater. Pressionemos as organizações mundiais e os governos a fazer mais e melhor, e pressionemo-nos a nós próprios a fazer mais e melhor. Os cidadãos também podem e devem contribuir para esta mudança de atitude, que muito depende das suas escolhas diárias e da sua proatividade na defesa do ambiente. As gerações do presente têm nos seus ombros a responsabilidade de agir, nas suas mãos a capacidade de o fazer, e na sua visão o dever de proteger as gerações do futuro.

Lisboa, 1 de junho de 2020





RECONCILIAR

ECONOMIA E ECOLOGIA:
CONDIÇÃO NECESSÁRIA
PARA UM FUTURO
SUSTENTÁVEL

Álvaro Fonseca
Rede para o Decrescimento

A crise ambiental global, onde se inclui a (agora incontornável) catástrofe climática em curso, dada a ameaça que constitui para a nossa própria sobrevivência, representa o maior desafio civilizacional que temos pela frente. Mas é também aquele que estamos com maior dificuldade em enfrentar e resolver. Isso deve-se, por um lado, ao facto dos diversos sintomas dessa crise – alterações climáticas, esgotamento de recursos, extinção de biodiversidade, destruição de *habitats* e ecossistemas – resultarem de actividades humanas, como a queima de combustíveis fósseis, a agricultura intensiva, a desflorestação ou a sobrepesca, principalmente as que têm origem nos países mais ricos e industrializados. É por outro lado, igualmente uma consequência do paradigma socioeconómico dominante e dos interesses instalados, que estimulam aquelas actividades e originaram estilos de vida insustentáveis por parte da população mundial mais privilegiada. O défice de consciência e a negação em relação ao primeiro factor, assim como a falta de vontade política ou inacção em relação ao segundo, fazem o resto. Não irei aqui debruçar-me em detalhe sobre este diagnóstico, que é sustentado por diferentes relatórios e artigos oriundos da comunidade científica ou de instituições internacionais (ONU, WWF, etc.), e tem sido descrito e enfatizado por diversos pensadores e líderes mundiais, além de ser motivo de mobilizações sociais à escala global, onde se destacam as acções pelo clima promovidas pelo

movimento *350.org*, mas também por jovens estudantes através das Greves Climáticas Globais, e ainda pelas mobilizações do movimento *Extinction Rebellion*, que teve origem no Reino Unido, mas que se tem vindo a internacionalizar e a planejar acções de desobediência civil em diversos países. A minha ênfase será, por um lado, na ligação entre a crise ecológica e o modelo económico globalizado e, por outro, nas possibilidades de encontrar caminhos alternativos, quer através de propostas socio-económicas e políticas, quer através de projectos ou iniciativas já em curso, que nos poderão conduzir a um futuro de bem-estar generalizado, justiça social e sustentabilidade ambiental.

CRISE ECOLÓGICA

Embora o impacto ambiental nefasto dos seres humanos ao longo da História esteja bem documentado, a dimensão global desse impacto e a velocidade com que se intensificou durante o século XX são inusitadas e têm justificado os diagnósticos mais sombrios e catastróficos. De facto, diversos avisos e relatórios oriundos de indivíduos ou instituições idóneos e com grande projecção mediática internacional têm veiculado aqueles prognósticos, como por exemplo a Encíclica *Laudato Si* do Papa Francisco (2015), dois relatórios recentes de painéis intergovernamentais das Nações Unidas – o do IPCC (2017) e o do IPBES (2019), o relatório *Living Planet Report* da World Wildlife Fund (2018) ou o *Aviso de Cientistas Mundiais à Humanidade* publicado em 2017 e com uma versão orientada para a emergência climática em 2019. Não se trata aqui de menorizar os avanços no conhecimento, na tecnologia e no bem-estar que foram alcançados

por parte considerável da humanidade, mas de entender que esses mesmos avanços implicaram custos que muito dificilmente conseguiremos mitigar e que serão sentidos de forma muito desigual por diferentes sectores da população. Lamentavelmente, tem havido igualmente inúmeras tentativas, mais ou menos bem-sucedidas, de escamotear, menosprezar ou mesmo negar as inúmeras evidências disponíveis sobre a gravidade e extensão daqueles custos.

Quer a crise climática, quer a perda irreversível de biodiversidade (cuja gravidade é evidenciada pela designação deste fenómeno como Sexta Extinção), são duas componentes do Antropoceno, designação proposta para a era geológica actual com o intuito de destacar o papel dos seres humanos como principais agentes das mudanças geoclimáticas globais. No entanto, nem sempre é dado o devido destaque ao facto de a pegada ecológica humana não estar distribuída de um modo uniforme, quer geograficamente, quer socialmente; ou seja, que nem todos os seres humanos são igualmente responsáveis pela destruição em curso.

Nos Avisos de Cientistas Mundiais já referidos, os autores alertaram para o facto de nos vinte e cinco anos que se seguiram à Cimeira da Terra em 1992, a comunidade internacional ter fracassado na resolução da crise ambiental global, em particular por não ter conseguido reduzir significativamente as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) resultantes da queima de combustíveis fósseis, nem as taxas de desflorestação ou de perda global de biodiversidade, apesar das conferências das Nações Unidas dedicadas à crise climática ou à biodiversidade (em particular, as conhecidas COP) e de outras iniciativas como a Agenda 2030 (Objectivos do Desenvol-

vimento Sustentável). Atribuem esse fracasso à incapacidade de refrear o consumo material, de limitar o crescimento populacional, de reavaliar o papel de uma economia baseada no crescimento, de descarbonizar as actividades económicas e incentivar as energias renováveis, e de proteger os *habitats*, restaurar os ecossistemas, eliminar a defaunação e desflorestação, ou restringir as espécies exóticas invasoras. A inversão destas tendências só será possível pela adopção urgente de mudanças, que vão do comportamento individual à decisão colectiva, nomeadamente em termos de políticas ambientais (mitigação da crise climática e ecossistémica), populacionais (planeamento familiar eficaz e empoderamento das mulheres) e económicas (redução efectiva das desigualdades). No sentido de garantir uma transição para a sustentabilidade, os cientistas propõem não só medidas específicas de conservação e renaturalização para mitigar a perda de biodiversidade e de *habitats*, mas também medidas de fundo pertinentes como a redução do desperdício alimentar, a transição para dietas vegetarianas, a adopção de sistemas de preços, tributação e incentivos que contabilizem ou reduzam os custos ambientais, a eliminação de subsídios às indústrias de combustíveis fósseis e a adopção de tecnologias ecológicas e de energias renováveis. É importante frisar que a principal causa para a desflorestação, o empobrecimento dos solos e a destruição de ecossistemas é a agropecuária intensiva (ver p.ex. o relatório do IPBES). No entanto, ao não fazerem propostas concretas que ponham em causa o sistema económico mercantil, globalizado e produtivista, aqueles Avisos não têm gerado a mudança política que preconizavam. Tal só será possível se forem questionados, quer



o modelo económico global baseado no crescimento, quer o paradigma tecnocientífico da modernidade, como causas profundas dos processos de destruição ambiental. Na verdade, sabemos que a crise ecológica tem pouco de acidental ou de arbitrário, na medida em que o estado actual do conhecimento nos permite associá-la de forma inequívoca às nossas acções e que o seu grau de destrutividade resulta, não só dos modelos tecnológicos e económicos adoptados pelas sociedades humanas, mas também das suas práticas culturais e visões do mundo. Parte dos desafios extremos que enfrentamos têm a sua raiz, por um lado, no pensamento racionalista e mecanicista do Iluminismo europeu, que lançaram as bases da ciência moderna,

e, por outro, nos desenvolvimentos da revolução industrial e do capitalismo que puseram em prática as ideias de separação e dominação geradas pelo cartesianismo. O resultado final destes processos históricos, acentuado pelos 'anos gloriosos' do desenvolvimento do pós-guerra, é o cenário actual de destruição ambiental irreversível, que é, no entanto, encarado pelos poderes político e económico dominantes, bem como por parte da comunidade científica, como susceptível de mitigação por via tecnológica. Pelo contrário, há quem defenda que a degradação ambiental em curso deve ser apelidada de ecocídio e sancionada através de processos judiciais internacionais, realçando as suas ligações ao imperialismo e ao capitalismo.

ECONOMIA E ECOLOGIA

As palavras economia e ecologia têm uma raiz etimológica comum na palavra grega 'oikos', que significa casa, agregado familiar ou lugar onde se habita. A primeira refere-se então à gestão ou administração do lar ou dos lugares habitados e a segunda ao estudo sistemático da casa comum do Homem e dos restantes seres vivos. A economia tem sido considerada uma subdisciplina das ciências sociais e a ecologia uma área científica da biologia (ciências da vida). No entanto, a prática económica das últimas décadas tem-se aproximado mais do conceito aristotélico de crematística (que se resumia à acumulação de riqueza) do que do conceito original de economia, que dizia respeito à provisão de meios para uma vida boa e virtuosa. De facto, a ciência económica convencional baseia-se num sistema fechado de circulação de bens e serviços entre produtores e consumidores com o objectivo de criação ou acumulação de riqueza, com a agravante de os recursos naturais e os ecossistemas não serem sequer considerados nas avaliações económicas ou serem encarados como 'externalidades'. Há mesmo quem questione o facto de a economia, em particular a chamada economia neoclássica, dever ser sequer considerada uma ciência devido exactamente ao seu carácter anti-científico de desconsiderar outras áreas do conhecimento (biologia, ecologia, termodinâmica, ética) e não encarar as actividades económicas como um

subsistema da sociedade e do ecossistema planetário. O défice epistemológico da elite económica dominante (em particular os adeptos da corrente neoliberal) em relação à biologia/ecologia e à termodinâmica tem sido denunciado por diversos autores dentro e fora da economia, sendo de destacar os trabalhos do economista Nicholas Georgescu-Roegen sobre bioeconomia (limites termodinâmicos) e o famoso relatório do início



dos anos 1970, *The Limits to Growth* (Os Limites do Crescimento), que apontava claramente para a impossibilidade biofísica do paradigma do crescimento económico ilimitado. Uma ciência pretensamente económica que igno-

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/AQUECIMENTO GLOBAL

ra a ciência ecológica parece à partida fadada ao insucesso. Mas esta tem sido infelizmente a visão orientadora das sociedades modernas que resultaram do racionalismo materialista europeu e das noções de desenvolvimento e de progresso, coloniais e pós-coloniais. Para piorar as coisas, tem sido esta a versão de economia ensinada nas principais escolas e instituições académicas dos países ocidentais. E é também esta

ficaria uma sociedade saudável: o bem-estar (individual e colectivo, de humanos e não-humanos, presentes e vindouros) e a sustentabilidade (social, ambiental, psicológica). A radicalização daquele modelo, com a adopção da ideologia neoliberal a partir dos anos 1980, conduziu a uma intensificação das narrativas do crescimento, do consumismo e do individualismo, que associaram a felicidade (ilusória) à posse

e à ostentação. Os resultados desastrosos desse mesmo modelo estão à vista, com os custos sociais, psicológicos e ecológicos a tornar-se cada vez mais evidentes, quer à escala local, quer global. A globalização económica e a desregulação financeira das últimas décadas do século XX têm levado à intensificação das desigualdades sociais, à desestruturação de comunidades, à perda de identidade cultural e de valores éticos, ao aumento de doenças fisiológicas (obesidade, diabetes, cancro) e psicológicas (depressão, esgotamento), ao mesmo tempo que estão a conduzir ao consumo irreversível de recursos, à desregulação ambiental (da qual as alterações climáticas são a faceta mais visível), à destruição de ecossistemas e à perda de biodiversidade. Como alternativas a este modelo sociopata e ecocida, têm surgido diversas propostas socioeconómicas

alternativas que defendem a redução do metabolismo económico (com a racionalização da produção e consumo de bens e serviços), a realocação das actividades económicas, a reconstrução do tecido social baseada nas rela-



a versão de economia que é apregoadada diariamente nos *media* convencionais, que insistem na narrativa do 'crescimento económico', ilustrada com números e indicadores (como o PIB) que medem tudo menos aquilo que realmente signifi-



ções de proximidade e na convivialidade, e uma reavaliação dos conceitos de riqueza e bem-estar.

EXPERIMENTAR OUTRAS VIAS

A mitigação ou inversão da crise ambiental global só serão possíveis através de mudanças sistêmicas que promovam uma transição para modelos económicos ambiental – e socialmente justos e sustentáveis, como alternativa ao actual sistema baseado no capitalismo global, no extractivismo, no produtivismo, na mercantilização, na plutocracia e tecnocracia, no antropocentrismo e no patriarcado. Tais mudanças vão implicar necessariamente, não só profundas transformações culturais e de visão do mundo, como também forte resistência dos principais beneficiários do *statu quo*. Alguns autores têm usado expressões como ‘civilização ecológica’ ou ‘eco-

nomia para um planeta vivo’ para descrever as suas próprias propostas, baseadas em práticas económicas que sejam simultaneamente regenerativas, comunitárias, biorregionais e auto-organizadas (p. ex. David Korten, Charles Eisenstein, Daniel Christian Wahl). Um desafio semelhante foi lançado pelo Papa Francisco na sua revolucionária encíclica *Laudato Si*, atrás referida, na qual apelou a uma conversão ecológica global que integrasse as dimensões ambiental, social, económica, cultural e espiritual (que apelidou de ecologia integral), como alternativa ao modelo civilizacional dominante, de base tecnocrática, injusto e autodestrutivo. Esta sua missiva não tem tido, no entanto, o impacto desejado na comunidade a que foi dirigida.

Uma eventual transição eco-social só parece ser possível através de abordagens que sejam sistêmicas e permitam simultaneamente tirar partido da diversidade e das especificidades dos

recursos e competências dos diferentes territórios e das suas populações. Têm surgido nos últimos anos vários projectos e movimentos que tentam responder a estes desafios através de estratégias baseadas na descentralização, na realocização, na frugalidade, na horizontalidade e na autonomia. Algumas dessas propostas foram reunidas no sítio Internet *Systemic Alternatives*, iniciativa conjunta da Fundación Solón (Bolívia), Attac-França e Focus on the Global South (Sudoeste Asiático), que apresenta uma diversidade de caminhos complementares que vão do 'Buen Vivir' (baseada nas cosmovisões andinas e amazónicas) ao Decrescimento e ao Eco-feminismo, como alternativas justas e eficazes ao capitalismo global e à agenda dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável. A estes movimentos adicionaria igualmente as redes internacionais de justiça e soberania alimentar, da Transition Network e da Global Eco-village Network, dadas as evidentes afinidades que os seus princípios e práticas apresentam. O movimento do Decrescimento, em particular, propõe a redução planeada do metabolismo económico e material nos territórios com pegada eco-social insustentável do 'norte global'. Os seus proponentes defendem que as eventuais reduções em abundância e conforto material nesse novo sistema económico não implicariam necessariamente diminuição de bem-estar ou de felicidade. De facto, a redução esperada na produção e consumo material seria acompanhada do crescimento nos serviços sociais, bem-estar, partilha, agricultura comunitária, cooperativas de trabalhadores e de energia, para além dum reforço do sentimento de comunidade. Entre as diversas propostas políticas dos decrescentistas incluem-se a realocização das actividades eco-

nómicas e a redução do tempo de trabalho, que atenuam de forma comprovada não só a produção material, o desperdício, o uso de energia e as emissões de GEE, como beneficiam a saúde e o bem-estar. Políticas para reduzir o horário de trabalho representariam não só um passo decisivo na reestruturação das actuais economias para lidar com a crise ambiental como aumentariam o tempo disponível para actividades culturais e cívicas.

Uma outra proposta, a economia da dádiva ou do dom (*gift economy*), consiste na construção duma teia de relações económicas baseada na confiança, na complementaridade e reciprocidade de competências e capacidades no interior das sociedades humanas. Por seu lado, a 'economia da felicidade' propõe que a performance económica seja medida com base em indicadores que reflectam o bem-estar dos cidadãos e das comunidades, assim como a sustentabilidade das gerações vindouras e dos ecossistemas que as suportam.

Qualquer das propostas anteriores requer profundas mudanças de paradigma, de visão de mundo e de modo de vida. Precisamos pois de coragem e determinação para fazer a indispensável e urgente transição que nos afaste do colapso a que nos conduzirá o modelo económico que nos tem sido apregoado como inevitável. Mais do que pugnar por uma economia ecológica (um pleonasma desnecessário), é pois hora de recuperar o significado original da palavra economia e devolver-lhe a sua verdadeira essência ecológica pela integração das três dimensões que o filósofo francês Félix Guattari lhe conferiu no seu livro *As três ecologias* - a subjectiva (individual), a social e a ambiental.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS e BIODIVERSIDADE

Helena Freitas

*Professora da Universidade de Coimbra.
Cátedra Unesco em Biodiversidade
e Conservação para o
Desenvolvimento Sustentável*



As alterações climáticas representam uma ameaça ambiental e um desafio à prosperidade social e económica global, e de forma geral à saúde e à segurança no mundo, sendo que quaisquer soluções exigem cooperação e um compromisso efetivo entre o maior número possível de países. A prioridade internacional terá que passar por uma aposta mais firme na redução dos combustíveis fósseis e na procura de alternativas inteligentes, mobilizando a ciência, a tecnologia, a indústria, a inovação, e a sociedade em geral, em prol de um caminho que se deseje ecológico e justo.

Por forma a cumprir os acordos internacionais, o mundo terá que abdicar rapidamente das fontes de energia fóssil e assim evitar um aumento da temperatura global acima de 2º C, patamar considerado incomportável. Para tal, as emissões mundiais de CO² terão de baixar de 40% a 70% até 2050 e chegar a zero até 2100 (IPCC). É o fim anunciado dos combustíveis fósseis, de onde resultam a maior parte das emissões de CO².

A Europa anunciou recentemente um acordo ecológico que pode ser uma oportunidade excepcional para intensificar a transição ecológica, apoiando uma aposta consistente na transformação sistémica profunda da produção, consumo, e estilos de vida, respeitando os limites do planeta. A pandemia de COVID-19 que estamos a viver poderá condicionar a implementação deste plano europeu, mas é importante que

o acordo se mantenha como quadro de referência das políticas europeias e nacionais, inspirando e orientando a atividade económica e toda a estratégia ambiental.

Tendo em conta as alterações climáticas e a perda de biodiversidade que se intensificará, mas também a oportunidade de investimento público prevista no acordo europeu, entendo que alguns investimentos são estratégicos. Uma das iniciativas que poderia trazer ganhos rápidos e em larga escala para a biodiversidade, mitigação e adaptação climática, é a implementação de uma agenda ambiciosa de restauro dos ecossistemas naturais; preservar a floresta, requalificar os cursos de água, recuperar as turfeiras e as zonas húmidas, travar e reverter o declínio da biodiversidade. Esta é também a melhor tecnologia rapidamente disponível para sequestrar carbono e ajudar a combater as alterações climáticas, e a melhor forma de manter a água nos solos e mitigar as inundações e as secas.

O território nacional tem uma rede de áreas protegidas de grande qualidade; da montanha, às zonas húmidas e ao litoral, ecossistemas que nos oferecem bens e serviços de enorme qualidade, indispensáveis à estratégia de valorização ambiental, económica e social do país. Acredito na conservação da natureza e na sua valorização através do reforço e do contributo do conhecimento, em estreita e harmoniosa cumplicidade com as comunidades e territórios.

O BINÓMIO VULNERABILIDADE E RESILIÊNCIA NA ESTRUTURAÇÃO DOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL:

A EXPERIÊNCIA DA OIKOS EM MOÇAMBIQUE



João José Fernandes

Diretor Executivo da Oikos – Cooperação e Desenvolvimento

Quando, no biênio 2006/2007, a Oikos fez uma avaliação e revisão estratégica da sua atuação, desde a sua fundação em 1988 até 2005, decidiu focar a sua ação em torno do binómio vulnerabilidade/resiliência. Esta decisão implicou a seleção de áreas geográficas de atuação que reunissem, simultaneamente, características de vulnerabilidade social e ambiental. Inscrevem-se nesta decisão a focalização do trabalho da Oikos em países como Moçambique, São Tomé e Príncipe e América Central, ou comunidades e regiões mais vulneráveis em países como Cuba ou Colômbia. O mesmo racional se aplica a ações da Oikos em regiões como a Beira Interior, como região piloto para o negócio social SmartFarmer, onde uma população envelhecida, tantas vezes esquecida pelas instituições do Estado, aliada à vulnerabilidade ambiental (ex. incêndios florestais) tornam os processos de desenvolvimento local especialmente desafiantes.

A vulnerabilidade é determinada por factores externos (exposição), sobre os quais apenas é possível mitigar impactos; e propriedades internas do sistema (sensibilidade e capacidade adaptativa), sob os quais existe maior capacidade de intervenção comunitária. Na sua vertente ambiental, ou biofísica, a vulnerabilidade está relacionada com os dados de exposição de um território e suas comunidades a impactos externos de natureza ambiental (ex. desastres naturais). Na sua vertente social, a vulnerabilidade é entendida como uma construção: de raízes históricas e causas económicas, políticas e culturais que reduzem a capacidade dos sistemas em prevenir ou responder eficazmente aos choques externos.

A construção da resiliência não visa a criação de um estado oposto ao da vulnerabilidade, antes o

de preparar as comunidades e os territórios para melhor enfrentar os choques externos. A resiliência é, pois, a capacidade do sistema em tolerar distúrbios, mantendo os fundamentais da estabilidade e coesão. Está, pois, relacionada com a capacidade de auto-organização, de aprendizagem e adaptação durante e após a ocorrência de um distúrbio, como pode ser um evento climático extremo (ex. ciclones IDAI e Keneth em Moçambique). A abordagem à resiliência acomoda melhor a percepção da complexidade dos sistemas, as suas interações e retroalimentações. As crises complexas, e algumas regiões de Moçambique são já caracterizadas como “situação de crise complexa”, com a destruição de infraestruturas e vidas humanas provocadas por desastres naturais, conflitos armados pela intervenção de elementos desestabilizadores de células terroristas com ligação ao DAESH na África Sub-sahariana, problemas de governança e conflitualidade em torno da gestão de recursos naturais e do direito de acesso à terra.

Esta estratégia em torno da redução da vulnerabilidade e do aumento da resiliência, permitiu à Oikos, conciliar – num mesmo território – as abordagens em torno do ambiente e do desenvolvimento, ou ainda as ações de ajuda humanitária, de preparação e prevenção de desastres naturais, com o desenvolvimento local, a gestão de conflitos e a construção da paz. Com efeito, durante a década de 80, em que a Oikos foi fundada, o mundo das organizações não-governamentais de cooperação dividia-se, grosso modo, entre duas abordagens dicotómicas: o movimento dos *French Doctors* – com ONG's como os Médicos Sem Fronteiras, os Médicos do Mundo ou a Assistência Médica Internacional – e as ONG's *Desenvolvimentistas* – com ONG's como



a Oxfam, a CARE, ou a Oikos. Outra dicotomia recorrente, em Portugal e no mundo, era e é a dicotomia entre ONG's de Ambiente (ONGA's) e ONG's de Desenvolvimento (ONGD). Herdeira das correntes de promoção do desenvolvimento rural integrado, a Oikos manteve a comunidade como "lugar" da construção da resiliência, mas agora mais atenta à complexidade inerente aos sistemas socio-ecológicos e à "não-linearidade" dos processos de desenvolvimento humano, de promoção da coesão, da equidade e da paz. Deste modo, e no contexto de reabilitação pós-ciclones IDAI e Keneth, a ação da Oikos procura "aumentar a resiliência das comunidades afectadas por aqueles eventos

extremos aos efeitos das mudanças climáticas, através de uma abordagem integrada de segurança alimentar e gestão de riscos climáticos". Este é o objetivo geral para o qual concorre, por exemplo, o projeto de "Recuperação Agrícola", que a Oikos está a implementar nos distritos do Dondo e Nhamatanda (Província de Sofala) e distrito de Quissanga (Província de Cabo Delgado), em parceria com a ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola, as Cáritas Portuguesa e Moçambicana, e a associação Local LUARTE, com financiamento do "Fundo de Apoio à Recuperação e Reconstrução das Regiões Afetadas pelos Ciclones em Moçambique" - (Camões - Instituto da Cooperação e da Língua



e financiadores Privados), e beneficiando diretamente 4.500 famílias de pequenos agricultores.

As atividades do projeto estão organizadas em torno de quatro resultados ou componentes de impacto, a saber:

i) Restauração da capacidade produtiva (recuperação dos meios de produção, introdução de tecnologias agrícolas e práticas de cultivo que permitam melhorar a capacidade de adaptação às mudanças climáticas; o uso de variedades de cultivo de ciclo curto e mais tolerantes a cheias; infraestruturas agrícolas e técnicas de irrigação que permitam otimizar o uso eficiente da água e proteger

os solos da erosão e degradação. Esta componente é fundamental para a autonomia, segurança alimentar e sustentabilidade dos meios de vida das comunidades locais.

- ii) Um segundo resultado consiste na melhoria das técnicas e processos de armazenamento, gestão pós-colheita e saúde nutricional. O aumento da capacidade de armazenamento, a melhoria dos processos de conservação dos alimentos, aliada à educação nutricional são fundamentais para a promoção da segurança alimentar e saúde nutricional.
- iii) Garantida a segurança alimentar, é necessário apoiar a diversificação das atividades económicas locais, de modo a que as famílias

possam enfrentar com maior resiliência os choques exógenos. O apoio ao empreendedorismo e pequenos negócios é complementado com a organização de instrumentos e grupos de poupança e crédito, de modo a garantir o autofinanciamento.

- iv) Finalmente, mas não menos importante, é necessário garantir que o esforço de recuperação da produção, a segurança alimentar e nutricional, e a diversificação das fontes de rendimento, não é irremediavelmente anulado por choques climáticos futuros. Neste sentido, o projeto desenvolve ações de sensibilização e organização comunitária para melhorar o estado de alerta, preparação e prevenção de catástrofes naturais, aumentando a resiliência das comunidades locais. Estas ações envolvem informação e sensibilização junto das comunidades e das escolas, a criação de “Comitês de Gestão de Risco de Calamidades”, a melhoria do sistema de alerta precoce, a construção de infraestruturas agrícolas mais resilientes, o fortalecimento da capacidade técnica e organizacional dos pequenos agricultores.

Estas quatro componentes de atividade são enquadradas por um conjunto de atividades de gestão, monitorização e avaliação, bem como pelo desenho de uma Estratégia e Plano de Implementação de Promoção da Igualdade de Género e Participação dos Jovens. Para que esta estratégia de igualdade de género e participação juvenil seja relevante, o sistema de monitorização e avaliação contempla objetivos e indicadores específicos, desagregados por género e faixa etária, com métricas que permitem medir o grau de igualdade e de empoderamento de mulheres

e jovens. Desta forma, o sistema de monitorização permite verificar a forma como cada atividade implementada pode afetar e/ou promover a participação de mulheres, homens e jovens, assegurando um maior impacto a nível da igualdade de oportunidades e de empoderamento da comunidade e de cada um dos seus membros. Nas regiões de Moçambique, onde os impactos dos ciclones não foram tão devastadores, assumem especial relevância outros fatores críticos para o aumento da resiliência e a diminuição da vulnerabilidade socio-ecológica, nomeadamente a gestão dos recursos naturais, o acesso à terra e aos mercados por parte dos pequenos produtores.

Assim, e a título de exemplo, refiro o trabalho que a Oikos vem desenvolvendo no acesso, gestão e valorização sustentável de recursos naturais agrícolas e pesqueiros, no litoral de Namupa, em Moçambique, com financiamento da União Europeia e em parceria com a associação moçambicana LUARTE. O foco central desta ação visa *“Promover a participação da sociedade civil organizada na gestão sustentável de recursos naturais agrícolas e pesqueiros, na valorização e partilha de benefícios e na definição, implementação e monitorização de políticas públicas”*.

A ação organiza-se também em torno de quatro resultados ou áreas de impacto principais, a saber:

- i) Empoderamento das estruturas comunitárias e da sociedade civil – incluindo o empoderamento das mulheres e jovens – na gestão e conservação dos recursos naturais. A promoção de um diálogo eficaz com os decisores e entidades públicas, e a participação na elaboração, implementação e monitorização das estratégias distritais de gestão sustentá-

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/AQUECIMENTO GLOBAL

vel de recursos naturais, são também estratégias de empoderamento utilizadas.

- ii) Fortalecimento das competências das autoridades locais (distritais), enquanto instituições públicas mais próximas dos cidadãos e das comunidades. É fundamental que, a uma maior participação da sociedade civil, corresponda uma maior capacidade institucional, técnica e de diálogo, por parte das entidades públicas.
- iii) Para que o diálogo entre lideranças sociais e políticas locais seja efectivo, deve ser acompanhado por um aumento da informação dirigida aos cidadãos e cidadãs, acerca dos seus direitos e deveres em matéria de prote-

ção, valorização e partilha de benefícios dos recursos naturais dos seus territórios. Particular relevância assume, no contexto da Província de Nampula, o direito ao uso e aproveitamento da terra (DUAT) e recursos marinhos, a promoção do conceito de cidadania e responsabilidade dos cidadãos na sustentabilidade dos recursos naturais, as boas práticas na partilha de benefícios da gestão sustentável dos recursos agrícolas e pesqueiros.

- iv) Para uma partilha equitativa de benefícios, é necessário conciliar a conservação com o aumento do rendimento dos pequenos agricultores e pescadores locais, através do



incentivo a iniciativas económicas sustentáveis, bem como a construção de práticas de cooperação e parcerias com o sector privado.

A elaboração de planos comunitários de gestão de recursos agrícolas e pesqueiros; o desenho e implementação de planos distritais de gestão das zonas de mangal; complementadas com ações de formação nas áreas da gestão sustentável das florestas, de práticas agrícolas agroecológicas e de conservação, de negócios sustentáveis, de legislação, *advocacy* e políticas públicas, são algumas das estratégias para atingir os resultados esperados. Finalmente, mas não menos importante, são a boa governança, a gestão de conflitos entre comunidades e o setor privado, bem como a criação de estratégias de partilha de benefícios.

A construção de capital social, nomeadamente através do protagonismo das organizações de produtores e das organizações da sociedade civil, o diálogo com as entidades públicas e o envolvimento com o setor privado, são estratégias fundamentais para a redução da vulnerabilidade e aumento da resiliência.

Um dos problemas clássicos no desenvolvimento local, particularmente em meio rural, está relacionado com a necessidade de criar instrumentos públicos de assistência técnica aos pequenos produtores rurais, bem como a ligação e acesso aos mercados. Estas duas áreas são, precisamente, o foco de uma terceira iniciativa da Oikos em Moçambique que aqui refiro, actualmente em implementação no âmbito do PROMER - Programa de Apoio aos Mercados Rurais financiado pelo FIDA - Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrário. O PROMER é

um programa coordenado pela Direção Nacional de Desenvolvimento Rural, dependente do MITADER - Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural. A assistência técnica ao PROMER nos distritos de Montepuez, Balama, Namuno, Chiure e Ancuabe, da Província de Cabo Delgado, é realizada por um consórcio liderado pela Oikos, em parceria com a GAPI - Sociedade de Investimentos e a SEPPA - Sociedade Económica de Produtores e Processadores Agrários.

Esta iniciativa inclui quatro componentes principais, a saber:

- i) Apoio aos Comerciantes Rurais;
- ii) Apoio às Organizações de Produtores;
- iii) Agregação de Valor junto da Produção de Pequena Escala;
- iv) Atividades transversais: Género e Juventude, Nutrição e Adaptação às Alterações Climáticas.

Por uma questão de economia de tempo e de espaço, e sobretudo da paciência dos nossos leitores, vou apenas debruçar-me, de forma mais detalhada em torno da primeira componente, ou seja, o apoio aos Comerciantes Rurais (CR). Com efeito, frequentemente, os processos de desenvolvimento agrário tendem a focar-se exclusivamente na assistência técnica aos produtores e organizações de produtores. Contudo, sem uma rede de comercialização, não é possível apoiar o rendimento dos produtores, seja ao nível dos insumos e fatores de produção, seja ao nível do escoamento de excedentes. Assim, a Oikos está a implementar uma série de atividades de promoção da confiança e da cooperação mútua, partindo da criação de um fórum conjunto entre produtores e CR, com envol-



ção nacional e exportação. Neste aspecto, a ideação de negócios e o cálculo antecipando de taxas de retorno de cada um deles, é um trabalho fundamental.

Os CR não são apenas agentes de comercialização, são um apoio aos produtores rurais (PR) em matéria de assistência técnica. Assim, o projeto prevê ações de formação para CR, relacionados com os diferentes insumos que comercializam, em especial fertilizantes e fitofármacos: aplicação, rendimento, armazenamento, riscos de toxicidade, tratamento de resíduos. A divulgação de técnicas agrárias passa também pela organização de feiras de equipamentos e insumos.

Adicionalmente, como sabemos, a atividade agrícola é extremamente vulnerável às condições climáticas e socioeconómicas dos pequenos produtores. Na

vimento ativo dos respetivos Serviços Distritais das Atividades Económicas (SDAE), de modo a planear as campanhas agrícolas e responder às necessidades e oportunidades de negócio. Outra atividade fundamental é o reforço do papel dos CR, colocando-os em contacto com comerciantes de “alto nível”, ligados à distribui-

ausência de instrumentos públicos de âmbito setorial e à escala nacional, é fundamental utilizar a rede de CR para incentivar a produção, particularmente em épocas pós-catástrofe natural e crises humanitárias. Neste sentido, o projeto prevê o desenho, criação e testagem piloto de um sistema de *vouchers* eletrónicos (*e-vou-*

chers) para a compra subvencionada de insumos agrícolas.

O projeto apoia ainda os CR na sua estruturação enquanto unidades de negócio, legalização e organização de inventários. A criação, legalização de organizações (associações) de comerciantes rurais, e o desenho de um processo de graduação das organizações de CR é também uma responsabilidade da Oikos, permitindo dotar os SDAE de instrumentos de medida da capacidade dos agentes económicos do seu distrito. Os critérios de graduação são desenhados sob proposta da Oikos, seguindo pautas gerais do PROMER e discutidos com o SDAE. Este instrumento é também relevante na aferição do grau de preparação para acesso ao Programa de Finanças Rurais do PROMER, na vertente de apoio aos CR.

Uma palavra final para a relevância da agregação de valor, através do incentivo à pequena indústria de transformação. Com efeito, esta é fundamental para aumentar a resiliência das famílias rurais; não apenas no aumento do rendimento dos produtores, mas também na conservação de alimentos, elemento essencial para a melhoria da nutrição e o combate à fome em épocas do ano em que não há colheitas. O processamento, conservação e comercialização de produtos como a farinha de amendoim, farinha de banana, tomate seco e tapioca, são alguns exemplos de agregação de valor. À resiliência socioeconómica, importa acrescentar a capacidade de adaptação às alterações climáticas. Neste sentido, a Oikos promove a realização de sessões radiofónicas e de teatro comunitário, através das quais veicula informação, sen-



ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/AQUECIMENTO GLOBAL

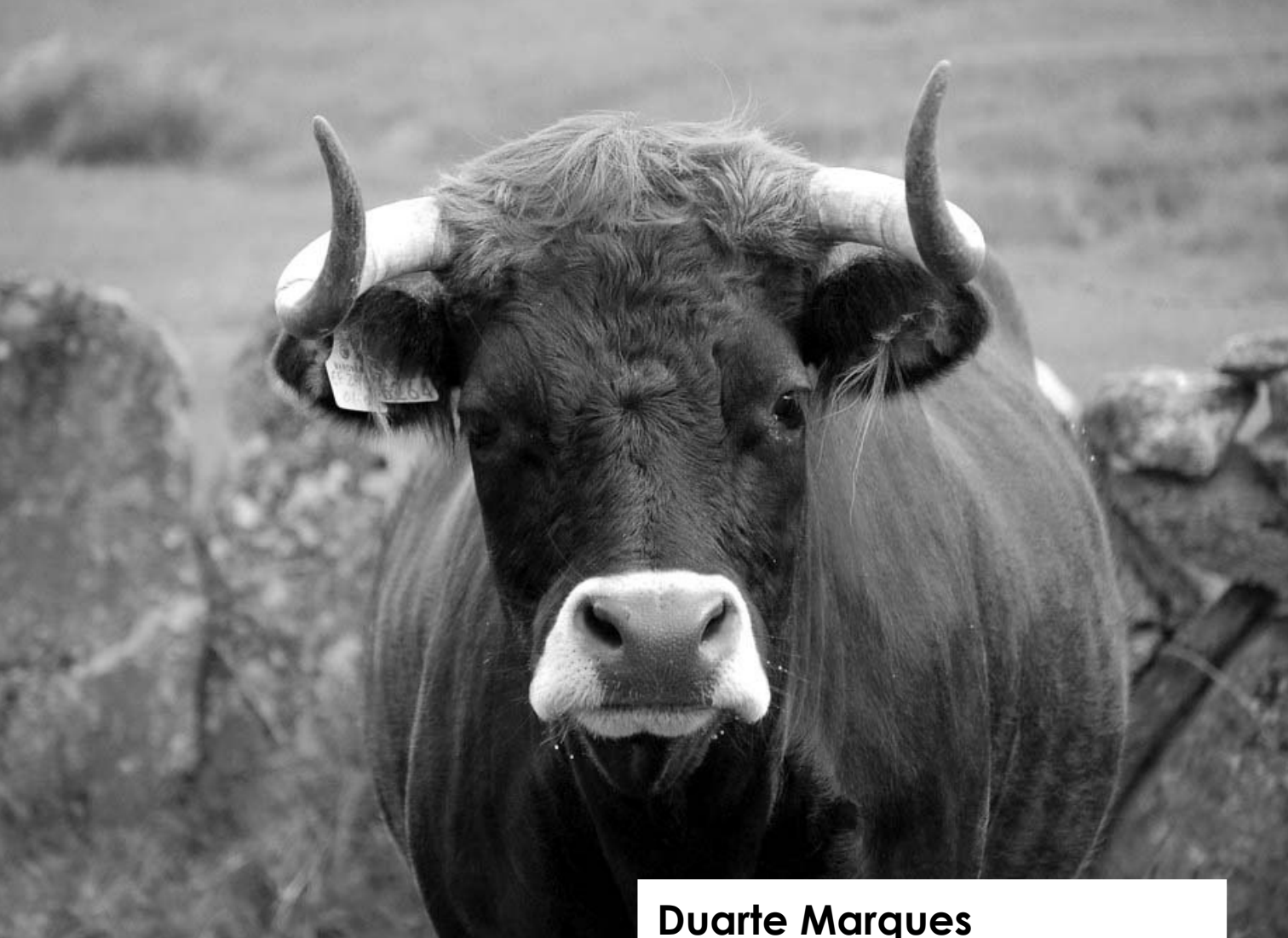
sibilização e formação acerca da adoção de medidas de proteção perante eventos extremos como: seca, chuvas irregulares, elevada pluviosidade, ventos ciclônicos e erosão dos solos.

Como o leitor poderá depreender, o grau de vulnerabilidade socioeconómica e ambiental de muitas das comunidades com as quais a Oikos trabalha em Moçambique é muito superior ao registado no contexto português. Contudo, acreditamos que a partilha das abordagens e estratégias utilizadas pode ser enriquecedora para o contexto de trabalho das organizações da sociedade civil no nosso país, particularmente num contexto especialmente desafiante como aquele que vivemos durante a atual pandemia e suas enormes sequelas socioeconómicas. Por último, mas não menos decisivo, fica a clarividência de que abordagens metodológicas que enfrentem

a complexidade dos sistemas socio-ambientais, exigem mais do que uma lógica burocrática no desenho de instrumentos de financiamento, e certamente mais do que a implementação de pequenos projetos de curta duração. Urge, pois, que a Animar e as suas associadas, como a Oikos, bem como outras redes congéneres da economia social, se posicionem com elevado grau de exigência e inovação junto dos poderes públicos nacionais e europeus. Só com um maior grau de exigência poderemos almejar a instrumentos mais adequados ao financiamento de soluções para os desafios multifacetados e complexos que enfrentamos na redução das vulnerabilidades socio-ecológicas e no aumento da resiliência das nossas comunidades e territórios.

Queijas, 12 de julho 2020





Duarte Marques

Presidente da Direção da AguiarFloresta

ALIMENTAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DOS ECOSISTEMAS

A AguiarFloresta, uma Associação Florestal e Ambiental localizada em Vila Pouca de Aguiar, no âmbito do projeto Terra Maronesa, a partir de uma abordagem holística e sistémica, tem vindo a valorizar o território *habitat* da raça bovina autóctone

OS CRIADORES DE MARONESA ESTÃO A DESENVOLVER UM SISTEMA INOVADOR DE PRODUÇÃO ANIMAL AMIGO DO AMBIENTE, ASSENTE NA MAXIMIZAÇÃO DO BEM-ESTAR ANIMAL

“Maronesa” e um vasto património alimentar nas suas diferentes vertentes económica, cultural, social, ambiental e turística.

Nos municípios de Vila Real, Mondim de Basto, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar, os criadores de Maronesa estão a desenvolver um sistema inovador, alternativo, de produção animal amigo do ambiente, assente na maximização do bem-estar animal, infelizmente desconhecido do grande público.

O sistema de produção do gado bovino Maronês concilia um modelo extensivo de pastoreio de montanha com a sequestração de carbono

sob a forma de matéria orgânica no solo, e uma redução do consumo de fatores produção dependentes de combustíveis fósseis.

A Maronesa é, por isso, um motor de fertilidade dos solos dos pequenos produtores que ainda a mantêm. É gestora de paisagem e prova da possibilidade de criação bovina em modo extensivo com impacto ambiental positivo. É um motor do aumento da biodiversidade da serra. *“Em termos alimentares, trata-se de uma carne de características diferenciadas, sensível e dependente do modo de criação e alimentação do animal. Interessante organolética e nutricionalmente como fonte proteica, de vitaminas do complexo B, fósforo, magnésio, cálcio, zinco e ferro”* (in *Manual de Identidade Alimentar Terra Maronesa*, 2019).

Para além disso, a Terra Maronesa, desenvolve iniciativas nos territórios que abrangem os concelhos onde a raça autóctone está presente, sob o tema “Educar para uma economia circular”. Estas ações, pretendem consciencializar para a preservação e valorização dos produtos produzidos localmente e na minimização de desperdícios. Aqui, é possível observar *in loco* o modelo de exploração extensivo e toda a produção agrícola local, desde os frutos, aos vegetais e ao pão cozido tradicionalmente no forno a lenha. A Terra Maronesa é um grupo de interesses preocupado com a sustentabilidade ambiental das montanhas do Noroeste e a sustentabilidade económica dos seus cuidadores – os criadores de gado.

As ações dentro do projeto e que estão atualmente em desenvolvimento estão a ser apoiadas pelo projeto Rebanhos Mais, no âmbito do programa “Promove - Regiões Fronteiriças”, edição de 2019, financiado pela Fundação “La Caixa”.

DADE EMAS





SISTEMAS ALIMENTARES LOCAIS & ANIMAÇÃO TERRITORIAL

CONTRIBUTOS,
PARA UMA ESTRATÉGIA
DE VALORIZAÇÃO
DA PEQUENA PRODUÇÃO

Artur Gregório

Coordenador de Projectos, In Loco

QUAL PODE SER O PAPEL E AS DIMENSÕES DA ANIMAÇÃO TERRITORIAL QUE AS ADL'S PODEM ASSUMIR NA MISSÃO DE PRESTAR O APOIO TÉCNICO, A INFORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO, O APOIO À PLANIFICAÇÃO DA OFERTA E DA PROCURA A MÉDIO PRAZO, A AJUDA À ORGANIZAÇÃO DE PRODUTORES E A MEDIAÇÃO ENTRE ESTES E OS CLIENTES - QUE PODEM SER DE DOIS TIPOS:

- A) ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL, RESPONSÁVEIS PELO FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO SUPOSTADA POR FINANCIAMENTO PÚBLICO - ESCOLAS, OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS, AJUDA ALIMENTAR...;
- B) CONSUMIDORES DIRETOS, PEQUENOS DISTRIBUIDORES LOCAIS E MERCADOS LOCAIS.

DEFINIÇÕES

Animação Territorial (AT)

Animação Territorial faz-se com as pessoas e grupos, num território específico que determina as problemáticas e as soluções para os problemas, através de uma reflexão teórica e de uma resposta cooperativa, que se materializa na tentativa de resolução efetiva e contínua das questões que, a cada instante, afetam as populações e territórios, mantendo identidades territoriais, individuais e de grupo.

Sistema Alimentar Local (SAL)

“Um esforço colaborativo para construir economias alimentares autossustentadas e baseadas no local, em que a produção, transformação e distribuição e consumo são integrados de forma a melhorar a economia, o ambiente e a saúde social de um lugar específico” (Cristóvão e Tibério, 2009).

Um conjunto de atividades interligadas, em que a produção, a transformação, a distribuição e o consumo de produtos alimentares visam promover a utilização sustentável dos recursos ambientais, económicos, sociais e nutricionais de um território. Este é definido como uma comunidade de interesses localizados, reforçando as relações entre os respetivos agentes intervenientes (Despacho n.º 4680/2012).

Alimentação Social (AS)

Todas as formas e modalidades de alimentação (em géneros ou preparada) suportada por financiamento público e disponibilizada por entidades da economia social, cantinas escolares e universitárias, hospitais, empresas e outras entidades públicas, programas de ajuda alimentar...

Circuito Curto Alimentar (CCA)

Um modo de comercialização que se efetua ou por venda direta do produtor para o consumidor ou por venda indireta, com a condição de não haver mais de um intermediário. A ele se associa uma proximidade geográfica (concelho e concelhos limítrofes) e relacional entre produtores e consumidores. (Despacho n.º 4680/2012). Pequenos distribuidores locais e mercados locais podem também ser considerados nesta situação. A este conceito está igualmente implícita uma especial atenção para a sazonalidade, a valorização de espécies ou variedades locais e a sustentabilidade, frequentemente ligada ao modo de produção, o que se traduz em menores necessidades hídricas e energéticas.

TÓPICOS DE DEBATE

Informação e formação agropecuária e das pescas

A eficácia e a eficiência de alguns sistemas produtivos utilizados tradicionalmente na produção de pequena escala, pesca artesanal ou na agricultura familiar, pode em algumas situações pôr em causa a sua sustentabilidade económica e até ambiental, constituindo um foco de desinteresse para os empreendedores mais jovens. Esta tem sido uma das principais motivações para o seu abandono e adoção de práticas monoculturais, intensivas e industriais. O aumento dessa eficácia, mantendo no entanto



ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/AQUECIMENTO GLOBAL

os princípios básicos que lhe dão personalidade, é possível, mas carece de um investimento contínuo em investigação, adaptação e otimização dos métodos e das formas de organização da produção. Também aqui, as ADL's tem dado um forte contributo, trabalhando em articulação com a academia, apoiando, informando, inovando e capacitando os agentes produtivos na busca de patamares de produção que sejam sustentáveis e assegurem a qualidade e a biodiversidade das paisagens alimentares onde se integram. A aposta em sistemas agroecológicos de maior valor acrescentado e elevada sustentabilidade, tal como a agricultura biológica, são sem dúvida uma aposta de reconversão de usos com elevado potencial, mas que carece de uma estratégia nacional sólida e de um trabalho de

terreno sistemático e continuado, algo que os agentes de desenvolvimento rural estão naturalmente vocacionados para fazer.

Apoio técnico à pequena produção

Para além da informação e da formação, existe uma necessidade de acompanhamento e de apoio técnico aos pequenos produtores que lhes permita a melhoria contínua dos seus processos produtivos, o acompanhamento da evolução da procura, o *marketing* e a comunicação dos seus produtos e serviços, o licenciamento de atividades e instalações. Todas estas necessidades, fundamentais para a qualificação e a sustentabilidade da pequena produção, carecem de competências técnicas que a pequena produção



não tem recursos para assegurar e que frequentemente rareiam nos territórios de menor densidade.

Também neste domínio, as ADL's têm desenvolvido um trabalho notável, não obstante a crescente dificuldade de enquadramento financeiro para este trabalho técnico. A constituição de centros de recursos partilhados, geridos ao nível das NUTS II ou III e em estreita articulação com a academia, permitiria otimizar recursos e encontrar respostas adequadas para os desafios diários que se colocam aos pequenos produtores.

Organização dos produtores

A pequena produção, incluindo a agricultura familiar, representa uma parte substancial do universo produtivo nacional e apresenta dificuldades crónicas de auto-organização, estando os pequenos produtores claramente mais focados na produção do que na organização de produtores. Esta função tem sido tradicionalmente um campo onde as ADL's apostam, tanto na capacitação para a auto-organização como intervindo diretamente na organização dos produtores.

Arredados dos maiores circuitos de distribuição do retalho e fortemente condicionados pela limitada capacidade produtiva, a pequena produção vê aumentar a sua viabilidade através do aumento da procura de produtos de proximidade, de produtos de melhor qualidade orgânica e de maior confiança alimentar, factores que começam a ser crescentemente ponderados na decisão de compra dos clientes mais exigentes, com maiores preocupações ambientais e com maior sentimento de insegurança alimentar. No entanto, é fácil frustrar este aumento da procura, se a oferta não se ajustar às necessi-

dades atuais, tanto em termos de diversidade como de quantidade de produto disponível, mesmo que mantendo os imperativos de sazonalidade e proximidade que norteiam os CCA. Com uma adequada organização, baseada na confiança mútua e na transparência, as dificuldades resultantes da estrutura fundiária fragmentada, da necessidade de assegurar a diversificação e quantidades mínimas de produto podem ser ultrapassadas colectivamente e com sucesso, remunerando os produtores de forma justa e dando resposta adequada a uma parte significativa do consumo de proximidade, que se estrutura nos CCA como às necessidades da alimentação social.

Planeamento da produção

Para que sejam otimizados os recursos disponíveis, maximizadas as oportunidades dos CCA e, principalmente, da alimentação social, é fundamental que se realize uma planificação da produção, em estreita relação com a planificação do consumo nestes domínios. Desta forma, será possível aproximar a produção das necessidades reais do consumo e programar as sementeiras e as colheitas de forma a assegurar uma parte substancial das necessidades da Alimentação Social, ao mesmo tempo que se minimizam desperdícios e se assegura a remuneração adequada dos produtores. Existem ferramentas tecnológicas que podem contribuir para otimizar este





processo de planeamento e gestão integrada. Numa lógica de projetos-piloto, podem ser criados numa fase inicial pequenos “Clubes de Produtores” estreitamente ligados com “Comunidades Sociais” de entidades consumidoras, tal como já existem em diversos locais. Estes exemplos poderão inspirar a adesão de outros produtores ou a replicação deste modelo de produção-consumo coordenado. O apoio técnico e o aconselhamento à programação e faseamento das espécies e variedades a cultivar é fundamental, reduzindo os excedentes e adequando a oferta à procura.

Planeamento do consumo social

O fornecimento de produtos alimentares para as necessidades das entidades públicas e do terceiro sector são um elemento-chave da sus-

tentabilidade da pequena produção local e dos sistemas alimentares locais, pois representam uma significativa parte da procura, está distribuída por todo o país, mesmo no interior, e são de alguma forma passíveis de discriminação positiva, pois o seu financiamento é controlado pelo estado. Muitas das experiências que têm vindo a ser feitas por municípios, IPSS e escolas revelam vantagens óbvias no estreitamento entre produção e consumo de proximidade, com ganhos significativos em termos de qualidade da alimentação fornecida e em investimento na economia local.

Embora subsista sempre uma parte dos alimentos que não são possíveis de produzir localmente, com uma aproximação entre o planeamento a médio e longo prazo das refeições a fornecer no sector social, e o planeamento das espécies e variedades a produzir para cada época, é pos-

sível aumentar a adequação entre produção e consumo, de forma bidirecional: aumentando a diversidade dos alimentos a utilizar no sector social, reforçando a sazonalidade e a utilização de espécies tradicionais locais; diversificando plantações e coordenando produções entre diversos produtores, gerindo momentos de plantio e de colheita de forma a assegurar as quantidades e as tipologias planeadas antecipadamente.

A adaptação dos procedimentos de contratação pública a esta realidade poderia facilitar e viabilizar esta aproximação entre consumo social e produção local, assegurando excelentes relações qualidade-preço e a sustentabilidade dos sistemas alimentares locais.

Mediação entre produção e consumo

Embora se tenham estimulado significativamente os CCA durante o confinamento, algum trabalho de afirmação da produção local como uma alternativa/complemento viável aos consumo alimentar das famílias é ainda necessário, para que tudo não regresse ao antigo normal das promoções do hipermercados e dos produtos “circun-navegantes”. Plataformas de ligação entre produção e consumo de proximidade, formas de distribuição plurais e adaptadas a cada tipo de procura, apoio aos pequenos produtores na procura de conjuntos estáveis de consumidores que assegurem um escoamento regular, reforço dos mercados locais como forma de distribuição alternativa e complementar à grande distribuição, entre outras, são medidas que podem dar maior estabilidade à pequena produção e estimular os seus actores.

Mas um elemento-chave para a sustentabilidade dos CCA consiste na aproximação e adequação entre produção e consumo, particularmente o

social, evoluindo para um verdadeiro SAL.

Esta estratégia pode iniciar-se ao nível municipal, articulada ou integrada em iniciativas ou estruturas já existentes, tais como os Conselhos de Alimentação, evoluir numa segunda fase para o território do GAL ou posteriormente para um território de maior abrangência.

Não representa nada de extraordinário pois muitos GAL já realizam este trabalho de mediação e aproximação entre produtores, municípios, entidades públicas e do sector social, embora por vezes de forma tímida ou pontual. A inovação desta proposta é que essa mediação seja realizada de forma sistemática, coordenada e com



um enquadramento legal adequado e estimulante. Este não é mais do que o trabalho de animação territorial que sempre foi apanágio do movimento do desenvolvimento local e que se torna imperativo neste momento de charneira em que a pequena produção ou evolui para uma patamar superior ou desaparece, pois poucos serão os jovens interessados em dar continuidade às explorações dos seus pais, nos mesmo moldes e condições.

Educação alimentar

Não são só os produtores e os atores do sector social que necessitam de explorar e aprofundar as potencialidades da diversificação da produção, da redução dos excedentes e desperdícios,



das sinergias da cooperação e das vantagens para produção local e sazonal.

As famílias também podem ver aumentada significativamente a sua qualidade de vida se assumirem um maior controlo sobre o que põem na mesa. Esse acréscimo de controlo advém de um maior conhecimentos sobre a alimentação, os CCA e os SAL. A capacitação das pessoas e dos seus agregados para a realização de escolhas alimentares informadas permitirá obter ganhos imediatos em termos de saúde, encargos e satisfação pessoal com a alimentação e as dinâmicas sociais que lhes estão associadas.

Esta não é uma dimensão menor. O aumento das doenças alimentares e o paradoxo da dualidade Insegurança Alimentar/Obesidade são um desafio para as próximas décadas e a alimentação adequada é um desígnio mundial e um imperativo ambiental. Não podemos esquecer que muita da capacidade de direccionar o equilíbrio entre oferta e procura advém da decisão alimentar do cidadão comum, condicionada por um vasto conjunto de pressões e fatores limitantes. Só com um maior conhecimento, informação e transparência pode o cidadão fazer as escolhas alimentares do quotidiano de forma a aumentar a sua qualidade de vida e a do seu agregado. Nessa situação, já a produção local pode tornar-se competitiva e efetivamente ocupar o seu lugar de direito à mesa dos Portugueses.

Este são elementos dos sistemas alimentares locais que carecem ainda de aprofundamento e desenvolvimento, estando as ADL's e os seus GAL numa posição privilegiada para o fazer.



O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO EM TEMPO DE PANDEMIA

Tânia Gaspar

Técnica do Projecto AlimentaAção

A Covid-19 impôs-nos uma realidade de contornos indefinidos, que nos confronta com a nossa aparente impotência, os nossos limites e as nossas fragilidades. Que esta crise epidémica nos permita também refletir sobre a forma como estamos a viver, os modelos de alimentação, de consumo, de educação, e sobretudo de sociedade que temos!

Afinal, que precisamos de aprender sobre felicidade e sustentabilidade num momento tão desafiante?

Esta situação permitiu-nos ver a capacidade de mobilização da sociedade civil e das comunidades em tornos dos seus problemas e necessidades. Podemos redefinir o nosso sentido de vida, como pessoas e como comunidade. O sentimento de comunidade e de pertença em relação a uma vizinhança, a preocupação demonstrada pelos/as outros/as e o acreditar que alguém se preocupa com o/a próprio/a são atitudes cruciais que podem apoiar ou desencorajar a participação e que eram, até aqui, muitas vezes descoradas pela maioria de nós.

As entidades de Desenvolvimento Local e de Economia Social e Solidária, que assumem o primado da defesa das pessoas e dos objetivos sociais, estão na linha da frente do combate a esta crise económica e social e consubstanciam o pilar de desenvolvimento sustentável da sociedade, que requer, neste momento, uma convergência de vontades capaz de pôr em marcha uma iniciativa verdadeiramente europeia assente nesse primado.

Num momento histórico em que o mundo parou devido à pandemia e ao confinamento a que estamos obrigados, a pequena produção agrícola e familiar mostraram-se em contraciclo e denotaram o seu potencial – nunca antes se tinha falado tanto em produção local, em sustentabilidade e preservação da biodiversidade.

Os Circuitos Curtos Agroalimentares e os Sistemas Alimentares Locais assumiram assim maior relevância na nossa vida, uma vez que nos permitem adquirir produtos frescos sem sair de casa ou com uma deslocação menor, contribuindo deste modo para a revitalização da economia local e o apoio à agricultura familiar. É natural que se procurem soluções e novas formas de organização quando se vivem situações de desestruturação económica, social e ambiental, de que são exemplo as inúmeras e relevantes iniciativas neste campo, desde a venda direta de produtos agrícolas, sobretudo ao nível local, a organização de cabazes, bem como a crescente emergência de plataformas de comercialização de produtos e de serviços tendo em vista o combate ao desperdício alimentar.

Para que estes sistemas se possam implementar com sucesso necessita-se de organização territorial e do envolvimento dos seus atores na definição de estratégias de médio e longo prazo e se criem relações de confiança nas comunidades, contribuindo assim para a redução das importações e se pratique um preço justo à produção local.

De um modo geral, verifica-se uma rutura entre os meios urbanos e agrícolas. Como se abastecem as populações urbanas, que dependem da produção agropecuária para se alimentarem? A este nível, importa refletir sobre a importân-

cia do Direito Humano a uma alimentação adequada, devendo, assim, os programas de apoio às pessoas mais carentes garantir a sua articulação com a produção local, no sentido de assegurar às pessoas produtos de qualidade que garantam uma alimentação saudável.

Só com uma forte percepção positiva do futuro se podem criar as condições para a emergência de novos agricultores e agricultoras, com criatividade e competências para desenvolver modelos de produção e comercialização capazes de satisfazer as necessidades alimentares a nível local e a assumir especial relevância nas cadeias de distribuição.

As políticas públicas não se devem reger por quotas e lógicas de mercado, mas pela satisfação das necessidades humanas. Assim, torna-se necessário:

- Garantir uma maior harmonia entre estratégias de nível local e nacional e a política europeia, tendo em vista à criação de políticas públicas, locais e nacionais, promotoras de condições favoráveis à organização de produtores/as e consumidores/as, facilitando-lhes o acesso a mercados e a ferramentas de promoção e valorização dos produtos;
- Garantir a eficiência na utilização e aproveitamento dos fundos comunitários que venham a surgir, associados às alterações climáticas;
- Mobilizar e rentabilizar os recursos já existentes, nos municípios e na sociedade civil, para a criação de serviços na área do consumo alimentar, com base na produção local, gerando empregabilidade e valorização dos recursos endógenos;
- Reforçar as estruturas e os programas nacionais e locais de apoio técnico e extensão rural à agri-

cultura familiar e às comunidades rurais, possibilitando uma maior colaboração de técnicos/as agrícolas do Estado, interlocução com institutos de ensino e/ou universidades, tendo em vista a melhoria da produção local, nos seus diferentes domínios;

- Criar sistemas participativos, promovendo a sensibilização de consumidores/as sobre as vantagens e impactos da produção local, nas suas diferentes esferas;
- Desenvolver estratégias para o surgimento de cooperativas e organizações de produtores/as, em particular relacionados com a multiculturalidade, para potenciar a diversidade de produção;
- Organizar a produção, assumindo-se a formalização dos movimentos/iniciativas que têm vindo a surgir na sociedade civil organizada e também por iniciativa de atores políticos;
- Incrementar a inovação tecnológica adaptada às diferentes realidades agroflorestais e facilitar a comunicação (*marketing* e vendas) entre quem produz e quem consome, contribuindo assim para o processo de transição digital, de modo a melhorar os rendimentos dos agricultores e agricultoras familiares;
- Valorizar o potencial cultural e identitário dos territórios como veículo para a realização de ações de sensibilização e participação dos atores locais na construção de sistemas alimentares sustentáveis, resilientes às alterações climáticas.

Com o projeto **AlimentAÇÃO! Circuitos Curtos Agroalimentares para o Direito Humano a uma Alimentação Adequada** (financiado no âmbito da medida 20.2.3. Assistência técnica RRN - Área 3 do Programa de Desenvolvimento Rural 2020) pretendemos contribuir para a criação de conhecimento, a formulação de políticas públicas, a construção de mecanismos de governança e de instituições adequadas e fundamentais à

criação e consolidação de Circuitos Curtos Agroalimentares (CCA). Este projeto está a ser desenvolvido por uma parceria que integra a Animar (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local); a ATUAR (Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento); o Colégio F3 (Universidade de Lisboa); os municípios de S. Pedro do Sul, do Fundão e de Vinhais, tendo ainda como parceiros de apoio a FAO, a Associação Nacional de Município e os municípios de Idanha-a-Nova, Tavira e Torres Vedras.

O projeto tem como propósito – através de um processo local participativo, envolvendo produtores/as, consumidores/as, entidades da Economia Social, escolas e outros agentes e atores locais que ouvimos – identificar problemas e oportunidades nos concelhos envolvidos, contribuindo para a aproximação entre produção e consumo e, através dessa comunicação, fomentar a produção e o consumo local, contribuindo para a redução da poluição e da pegada ecológica inerentes aos processos de

produção e distribuição dos alimentos que consumimos.

Decorrente da realização de diagnósticos nos diferentes municípios, verifica-se que as estratégias de abordagem ao tema dos Circuitos Curtos Agroalimentares e Sistemas Alimentares Locais podem ser muito diversificadas. A este nível, importa destacar o



trabalho desenvolvido pelos municípios de Torres Vedras e Fundão, que apostam no desenvolvimento de projetos locais de promoção do consumo de produtos biológicos nas cantinas escolares e em projetos de intervenção comunitária junto das crianças, sensibilizando-as para a importância da agricultura e do consumo de produtos locais sazonais. Por sua vez, numa perspetiva de valorização da cultura e do território, o município de Vinhais aposta na promoção dos produtos locais, nomeadamente na produção de castanha e de fumeiro, enquanto o de Tavira pretende criar uma estratégia, ainda mais ampla que a actual, de promoção da Dieta Mediterrânea, com envolvimento local dos sectores da produção, restauração e educação. Já os municípios de Idanha-a-Nova e de São Pedro do Sul trabalham o tema dos Circuitos Curtos Agroalimentares na perspectiva da criação de uma resposta mais organizada ao nível do turismo e restauração, dando cumprimento aos projetos das respectivas bio-regiões.

Em resultado destes processos será elaborado um guia de **Políticas Públicas de Circuitos Curtos Agroalimentares para o Direito Humano a uma Alimentação Adequada**, que divulgará boas práticas de Circuitos Curtos Agroalimentares em Portugal e recomendações para criação e melhoria das políticas públicas associadas a estes temas.



ANIMAR DEFENDE A REVISÃO DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL (CES)

No seguimento do conjunto de audiências realizadas com os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República que manifestaram disponibilidade para reunir, a **Animar** apresentou as suas preocupações referentes ao futuro do Movimento de Desenvolvimento Local e reforçou o seu interesse em integrar o Conselho Económico e Social (CES), enquanto organização representativa do movimento do Desenvolvimento Local e da Cidadania, enquanto movimento cívico e estratégico para a promoção da coesão socio-territorial e da inovação social.

A **Animar** sustenta, salvo melhor entendimento, que nas categorias de entidades indicadas no Edital relativo ao processo de recomposição do CES, deveria figurar a categoria Associações de Desenvolvimento Local, porquanto nas organizações da economia social incluem-se: as Cooperativas; Mutualidade; Instituições Particulares de Solidariedade Social; Misericórdias, Associações de Desenvolvimento Local; as Fundações; bem como empresas sociais e entidades voluntárias não lucrativas que produzam serviços de não mercado para as famílias, e cujos eventuais excedentes não podem ser apropriados pelos agentes económicos que as criaram, controlam ou financiam, conforme previsto no quadro da Lei de Bases da Economia Social

(Lei n.º30/2013. de 8 de maio). Tendo apresentado a sua candidatura na categoria de Organizações da agricultura familiar e do mundo rural por ser aquela que melhor se enquadrava face à sua missão, a c foi recentemente convocada para uma audiência com o Senhor Presidente do CES, Dr. Francisco Assis, que se realizou no passado dia 23 de setembro, conjuntamente com as duas entidades que apresentaram candidaturas naquela categoria, a saber a CNA – Confederação

Nacional de Agricultura e a Federação Minha Terra. Neste encontro, a **Animar** reforçou a sua posição, sem prejuízo das entidades que integram atualmente a representação do movimento de desenvolvimento rural e agricultura família, defendeu que o que importa não é apenas a alteração das entidades representadas, mas sim a sua recomposição, garantindo assim uma maior democracia e participação das entidades da sociedade civil nos processos de tomada de decisão dos órgãos de soberania.

Setembro 2020

PARECER DA ANIMAR SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA ACÇÃO SOCIAL

Tendo tomado conhecimento do Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto referente à transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social, a Direção da **Animar** vem reforçar que este processo de descentralização deve ser associado a uma política de governança e ordenamento do território MULTINIVEL, que preconize o desenvolvimento integrado dos territórios, garantindo assim a articulação entre as estratégias intramunicipais e intermunicipais, regionais e nacionais, bem como o envolvimento e participação dos diferentes atores sociais, económicos e institucionais nos

processos de planeamento e de visão prospetiva de futuro para o desenvolvimento sustentável dos territórios, no âmbito do qual a Economia Social, e em particular as associações de Desenvolvimento Local, têm um papel preponderante. Neste sentido, consideramos que as CSF-Comissões Sociais de Freguesia devem assumir um papel predominante na intervenção social a implementar nos territórios, garantindo assim o envolvimento e participação de todos os atores do local. O papel dos Municípios no Desenvolvimento Local é sobejamente reconhecido. No entanto, decorrente da emergência e complexificação dos problemas

sociais contemporâneos tornou-se fundamental a experimentação de soluções inovadoras, adaptadas às especificidades dos problemas e dos territórios.

É assim preponderante que as mudanças que venham a acontecer, sejam acompanhadas de mecanismos de reforço da sociedade civil e da economia social e solidária enquanto parceiros com autonomia e independência em práticas promotoras da democracia participativa nos territórios. Tendo presente o princípio da articulação e complementaridade, todas as medidas agora transferidas de intervenção social devem ser do conhecimento e participação ativa dos CLAS, além do CLDS e da Carta Social Municipal já prevista a sua aprovação em sede de CLAS, todas as outras

mediadas/protocolos devem ser articuladas em sede de CLAS.

Considerando a experiência e a intervenção social que muitas das entidades da economia social, e em particular das associações de desenvolvimento local realizam, o estabelecimento de possíveis protocolos a estabelecer pelos municípios deverá ter uma abrangência maior do que as entidades que possuem o estatuto de IPSS ou equiparadas.

Tendo subjacente a rentabilização de recursos e otimização de respostas e apoios sociais às famílias em situação de vulnerabilidade o programa operacional de apoio às pessoas mais carenciadas/programa alimentar (POAPMC) deverá ser integrado numa perspetiva de governança integrada.

12 de Agosto de 2020

entidades, com diferentes áreas de intervenção, dispersas pelo território nacional e pela Ilhas dos Açores. É uma das entidades com assento no Conselho Nacional de Economia Social (CNES) e fundadora da Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES).

Atenta ao contexto atual e após a realização de um processo de auscultação da sua Rede de associadas, a **Animar** apresenta um conjunto de preocupações e recomendações que vêm reforçar a premência (re)pensarmos algumas propostas de políticas públicas tendo em vista a melhoria das condições de vida das populações locais, assim como a resposta a necessidades locais com enfoque nas diversas áreas da Economia Social.

RECOMENDAÇÕES

Alargamento das medidas que se destinem ao reforço do seu desempenho e da manutenção dos postos de trabalho, pelo menos por mais 6 meses, para as entidades da Economia Social, para que estas possam restabelecer o seu funcionamento (a título de exemplo: adiamento das obrigações fiscais);
Implementação de mecanismos de parceria que visem lógicas de cooperação entre municípios e organizações de economia social, promotores de respostas sociais e satisfação de necessidades sociais nos territórios de baixa densidade (ex. limpeza de espaços/floresta, transportes, gestão de resíduos, etc), como por exemplo a

REFLEXÃO E RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS FOMENTADORAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E DA COESÃO SÓCIOTERRITORIAL

ENQUADRAMENTO

A Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (**Animar**), enquanto rede representativa do movimento de desenvolvimento local no setor da Economia Social e Solidária, reúne um património ímpar, de saberes documentados, de projetos e iniciativas com sucesso, que tanto contribuíram e contribuem para o desenvolvimento territorial e para uma maior coesão social, nomeadamente nos territórios mais desfavorecidos e de baixa densidade.

Estas diferentes dimensões do saber-fazer, que procuram afirmar a sustentabilidade, alicerçam-se na interdisciplinaridade e na capacidade de cooperação nos territórios. É também nos territórios, e em cada um deles, que se vive e se concretizam os efeitos das crises, que a prevenção da pobreza, da desigualdade socioeconómica e do risco ambiental torna premente a mobilização de todos os atores e de todas as competências locais na construção de comunidades resilientes.

A **Animar** reúne cerca de 120

implementação de projetos piloto de Conselhos Municipais de Economia Social, tendo por base os princípios da economia social, nomeadamente a adesão e participação livre e voluntária, gestão autónoma e independente e democraticidade;

Monitorização e qualificação do Programa Rede Social e o impacto nas suas comunidades;

Assegurar o diálogo com todas as Entidades da Economia Social e garantir uma boa comunicação com estas entidades ((ex. o Programa Adaptar + Social que será lançado pelo Governo e que se destina ao apoio à contratação de recursos humanos no setor social e à implementação de medidas de prevenção no âmbito da pandemia não está comunicado de forma clara a sua aplicação a todas as organizações da Economia Social));

Implementação de medidas de apoio à inovação social, dirigidas às entidades da Economia Social, que permitam um reforço da intersectorialidade do setor, nomeadamente por via do desenvolvimento de práticas concretas de cooperação, trabalhar respostas de resistência e resiliência em contexto de crise na criação de emprego, na economia circular, economia digital, criação de empresas de inserção, circuitos curtos agroalimentares, valorização dos recursos endógenos e às oportunidades de desenvolvimento económico e social dos territórios, entre outras, trabalhando assim aspetos de adequação das respostas e fomento do trabalho em rede para uma

maior reorganização e de reestruturação dos territórios, numa perspetiva de desenvolvimento local, após o término do Estado de Emergência;

Criação de um Estatuto das Entidades de Desenvolvimento Local, que já dispõe de um trabalho prévio realizado, dando cumprimento ao Artigo 10º da LBES.

Implementação do Estatuto Fiscal de Economia Social, conforme previsto no Artigo 11º da LBES e o trabalho que tem vindo a ser realizado pelas entidades de Economia Social.

Implementação de soluções -financeiras que respondam às necessidades específicas das organizações de economia social, sem custos para as entidades de Economia Social;

Simplificação e desburocratização dos processos, no sentido de centrar as entidades na ação após o estado de emergência, assentes nos princípios de boa governança e transparência;

Na área da saúde, é impreterível dar cumprimento ao Plano Nacional de Saúde Mental e implementar medidas de apoio a estratégias de intervenção comunitária que visam promoção da saúde mental comunitária, com enfoque na prevenção e no apoio a pessoas com necessidades relacionadas a transtornos mentais como depressão, ansiedade, esquizofrenia, transtorno afetivo bipolar, transtorno obsessivo-compulsivo etc, e pessoas com quadro de uso nocivo e dependência de substâncias

psicoativas, como álcool, cocaína, crack e outras drogas; Na área das comunicações, urge assegurar a cobertura de rede móvel, garantindo a coesão social e territorial com base na qualidade de sinal, em territórios com dificuldade de acesso. O constrangimento no acesso à rede móvel e Internet tem acarretado consequências ao nível das áreas do ensino e da formação, atendendo que os grupos-alvo não dispõem de meios que permitam viabilizar este tipo a formação à distância.

Democratização do acesso à tecnologia, disponibilizando o acesso à internet gratuita aos agregados familiares que não tenham possibilidade de pagar o serviço, nomeadamente em parceria com empresas no âmbito da sua responsabilidade social;

REFLEXÕES & PREOCUPAÇÕES

As entidades de Desenvolvimento Local que integram a **Animar** têm vindo a desenvolver um importante papel no apoio às comunidades locais onde estão inseridas, perante esta situação de crise.

Procurando manter a dinâmica da sua atividade de apoio à comunidade, à distância via telefone, mas também presencialmente em casos de emergência, nomeadamente em articulação com as autarquias e proteção civil, estas entidades de intervenção comunitária, prestam apoio a minorias e a mulheres, e no quadro do desenvolvimento local em todas as suas dimensões

(cidadania e educação; juventude; formação; emprego e empreendedorismo; dinamização/ animação territorial; revitalização da produção local; apoio a iniciativas empresariais; etc.), estando atualmente a desempenhar um papel preponderante no combate ao isolamento social e na satisfação de necessidades básicas, nomeadamente no acesso a alimentação na produção e distribuição, a medicamentos, ou na organização de campanhas solidárias por todo o território nacional.

Neste domínio, é premente:

- dar orientações claras às entidades sobre o curto e médio prazo, dotando-as de informações que possam contribuir para processos de tomada de decisão e um planeamento a médio prazo – perspetivas de atuação no quadro dos projetos financiados pelo Portugal 2020 – como estruturar projetos de intervenção direta, perspetivas de novos concursos, Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, etc;
- (re)adequar os meios e adaptar os serviços de apoio técnico e acompanhamentos à distância a utilizadores/as dos serviços (GIP, EPAT, etc) às modalidades de teletrabalho e regulamentar metodologias de acompanhamento virtual;
- (re)pensar e (re)definir os modelos de operacionalização e financiamento de projetos que promovam processos de animação territorial, assentes em estratégias de apoio à integração psicossocial, apoio ao emprego

e empreendedorismo, combate à violência e ao abandono escolar, à semelhança do que tem vindo a acontecer no quadro dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social;

- criar um Estatuto das Entidades de Desenvolvimento Local, conforme previsto na alínea 1) do Artigo 10º da Lei de Bases da Economia Social.

Considerando a necessidade de encontrar ações de inovação e alternativas para uma retoma da economia e um apoio social integrado, que será determinante após o período de emergência em que nos encontramos, ajudando na reorganização e reconstrução do território, torna-se essencial concertar a intervenção das entidades que as famílias da Economia Social representam, no sentido de não haver duplicação de respostas nos territórios e de garantir o apoio a todas as pessoas que vivem atualmente em situação de maior vulnerabilidade.

As entidades do Desenvolvimento Local representadas pela Animar, apresentam uma forte precariedade dos seus recursos humanos, resultado da sua ação depender de linhas de financiamento temporárias, e que em momentos de crise são fortemente afetadas, colocando em causa a sua capacidade de ação nas comunidades onde pertencem e a incerteza do seu futuro.

Na sua maioria, as equipas são associadas a diversos projetos, com diferentes linhas de financiamento, pelo que estas entidades são confrontadas com orientações

distintas, no quadro dos diferentes financiamentos, o que acaba por acarretar constrangimentos à continuidade de financiamento das equipas e, conseqüentes constrangimentos financeiros às entidades, pondo em causa a sustentabilidade das mesmas. Ora, neste sentido, seria importante uma maior uniformização de procedimentos por parte dos diversos programas.

Tendo presente as atuais medidas criadas para apoio à Economia Social, permanecem alguns constrangimentos que carecem de uma análise mais profunda. A título de exemplo, se uma entidade que está a implementar um determinado projeto não conseguir implementar as atividades previstas e não sendo possível reajustar essas mesmas atividades ao contexto atual, nomeadamente por recursos aos meios digitais, a entidade o terá que suspender a atividade do projeto. Esta suspensão do projeto, conduz à sua não execução, logo a entidade não é reembolsada, pelo que terá que suspender a equipa associada ao projeto. Por conseguinte, e optando por adotar o sistema de *lay off* - que determina que exista uma comparticipação financeira por parte da entidade e uma comparticipação por parte da Segurança Social – a entidade defronta-se com a necessidade de dispor de recursos que lhes permitam assumir estes custos, o que não é o caso, porque são entidades sem fins lucrativos. As entidades Desenvolvimento Local trouxeram uma nova abordagem ao desenvolvimento,

no sentido de integrar as comunidades numa base local/ territorial, assegurando proximidade, inovação, participação e flexibilidade na ação.

Através de estratégias de animação territorial em Rede, organização de parcerias, formação de agentes locais, apoio e estímulo à capacidade de iniciativa em territórios de diversa natureza, essas associações foram alcançando resultados positivos, o que lhes têm permitido a atribuição de competências para a prestação de serviços face à ausência de resposta do Estado, como também para a gestão de fundos públicos, pelo que seria muito importante retomar algumas iniciativas com enfoque nas áreas dos percursos integrados de orientação-formação-inserção, do apoio ao emprego e empreendedorismo inclusivo, da

formação em contexto de trabalho, garantindo a equidade e a proteção social de todos, sem deixar ninguém para trás.

Consideramos que na cooperação, todas e todos temos a ganhar, e que a garantia do estabelecimento de relações de proximidade, de participação e reforço da ação das várias entidades públicas e privadas, criará as condições adequadas para a defesa do bem comum e acima do interesse parcelar, enfrentarmos os novos desafios decorrentes desta pandemia.

Esperamos, pois, que coexistam espaços privilegiados de concertação para a conjugação de interesses que garantam o reforço do desenvolvimento local e da economia social e solidária enquanto pilar de desenvolvimento sustentável da nossa sociedade.

30 de Junho 2020

período, tendo este que continuar a funcionar em regime de ensino à distância ou em *blearning**, dada a necessidade de continuar a reduzir o contacto social, a Animar, em articulação com o conjunto das organizações que compõem o GT, elenca um conjunto de preocupações que têm por base o seguinte:

- A Escola é considerada um dos principais espaços de promoção de inclusão social e de igualdade: é através da Escola que crianças e jovens em situação de vulnerabilidade têm acesso a atividades culturais e recreativas e a outros contextos de interação que de outra forma normalmente não teriam;
- A Escola é um dos principais “radares” de sinalização de situações de negligência e violência familiar e é também neste espaço que muitas crianças e jovens têm acesso às principais refeições diárias;
- A Escola é um espaço de transmissão de segurança física e emocional e de bem-estar para crianças e jovens, com profissionais de diversas áreas que estão atentos/as às suas necessidades e são determinantes para o seu desenvolvimento integral;
- As crianças em idade pré-escolar (3 aos 6 anos), não são alunos/as, não têm acesso, sozinhas, aos meios tecnológicos e poucos são adequados à sua faixa etária. Além disso, as crianças com necessidades educativas especiais

ANIMAR PROPÕE O REFORÇO DE MEDIDAS DE APOIO PARA CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PSICOSSOCIAL E ECONÓMICA

A Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, através da dinamização de atividades em Rede com organizações congéneres, está a dinamizar um Grupo de Trabalho (GT), desde outubro de 2019, dedicado à temática “Educação, Cidadania e Igualdade”, no âmbito do projeto Capacitar para Agir em Rede II, financiado pelo PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego. Perante a situação de estado de

emergência devido à pandemia COVID – 19, e respetivas medidas preventivas tomadas, que incluíram o encerramento de todos os estabelecimentos de ensino, públicos e privados, entre 16 de março até 17 de abril de 2020, e com a grande probabilidade de esta medida ser prorrogada e estender-se durante o terceiro

* *Decisão de suspensão de atividades presenciais até ao final do 3º período para alunos/as até ao 10º ano, anunciada oficialmente pelo governo, no dia 9 de abril.*

- não estão a ter cesso aos apoios essenciais para o seu desenvolvimento;
- A falta de apoio na relação escola-família aumenta o risco de insucesso e abandono escolar junto daqueles que já partem de uma situação desigual devido ao seu contexto socioeconómico;
 - A existência de agentes educativos – encarregados/as de educação, professores/as e educadores/as de infância – que apresentam dificuldades na utilização de ferramentas digitais para a aprendizagem escolar e que necessitam de apoio a este nível;
 - Escolas desatualizadas ao nível das novas tecnologias com equipamentos obsoletos e redes informáticas inexistentes;
 - Uma situação de quarentena e isolamento social contribui para o aumento da ansiedade e do *stress* em contexto familiar, comprometendo a saúde mental e o agravamento de casos já existentes. A vivência destas situações tende a gerar ambientes de risco, com crianças e jovens expostos a formas de violência mais frequentes e intensas;
 - O acesso à tecnologia, nomeadamente a computadores e à internet, não abrange todas as famílias e territórios, deixando muitas crianças e jovens numa situação de desigualdade e de vulnerabilidade acrescidas.

De modo a que todas as crianças e jovens, em particular aqueles que estão numa situação de maior vulnerabilidade, social e económica - crianças e jovens em

risco, minorias étnicas, imigrantes, crianças com necessidades educativas especiais - continuem a ter presente no seu dia-a-dia um apoio socioeducativo que contribua para o seu bem-estar físico, psicológico e socio emocional, a Animar e a sua rede de organizações associadas, nomeadamente as entidades subscritoras deste documento, vêm demonstrar a sua disponibilidade para dialogar e cooperar com o Estado, os municípios e outros organismos locais, bem como com Diretores de Escolas, Agrupamentos Escolares e Associações de Pais, no sentido do reforço de medidas de apoio para o grupo-alvo aqui em discussão, das quais salientamos as seguintes:

- Ativação, por parte dos municípios, em articulação com as entidades que intervêm localmente, tais como as Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, as Instituições Particulares de Solidariedade Social, as Associações Locais, os Agrupamentos de Escolas, as Escolas TEIP, as Juntas de Freguesia, movimento associativo, entre os quais as Associações de Imigrantes e as Associações Ciganas, entre outras, de equipas de intervenção social multidisciplinar que estruturam e coordenem respostas diferenciadas, de acordo com as necessidades;
- Criação de uma linha telefónica, por município, que centralize a identificação de casos de crianças e jovens com necessidade de apoio a diversos níveis,

- articulando com as respostas existentes no território;
- Articulação entre os diferentes serviços no sentido de assegurar um contacto regular e facilitado com as vítimas e agregados/as das crianças e jovens sinalizados, reforçando mecanismos de acompanhamento e de respostas de emergência a estas famílias;
- Alocação de profissionais das AEC - Atividades de Enriquecimento Curricular, dos CAF – Centros de Apoio à Família, das AAAF - Atividades de Animação e de Apoio à Família, para mentoria de aprendizagem, junto de famílias sinalizadas, coordenada pelos organismos responsáveis pedagogicamente e em articulação com as Escolas, Diretores/as de Turma e Professores/as Titulares;
- Mobilização de redes informais de apoio local, que vão para além do digital, p.e., paróquia, escuteiros, grupos/associações de jovens, jovens universitários voluntários, entre outros, que consigam, territorialmente, oferecer soluções adaptadas a crianças e jovens que se encontrem em situações de vulnerabilidade psicossocial;
- Desenvolvimento de um sistema de mentoria de aprendizagem que permita uma intervenção de proximidade e um acompanhamento de famílias e alunos/as em risco de uma forma sistémica que seja focada no desenvolvimento e na aprendizagem;
- Diversificação de conteúdos digitais de suporte à

aprendizagem com recursos diferenciados, produzidos no âmbito de projetos de escola, associativos, autarquias, etc., privilegiando a partilha de trabalhos e a experiência vivida pelas crianças e famílias;

- Ajustar os trabalhos solicitados e potenciar a articulação entre professores/as, com vista à conciliação entre a família, escola, teletrabalho, assistência a pessoas de grupos de risco e demais desafios decorrentes do impacto socioeconómico;
- Divulgação de boas práticas que já estejam a ser implementadas nos territórios e que possam servir de inspiração para uma disseminação pelo território nacional;
- Apoio às famílias dotando-as de conhecimentos para um acompanhamento escolar mais eficaz às crianças e jovens e definição de um conjunto de apoios a professores/as e educadores/as de infância na aprendizagem de modalidades de trabalho educativo distintas das mais tradicionais;
- Acompanhamento escolar individualizado de crianças em situação familiar de risco nas escolas de referência, atualmente abertas para filhos/as de profissionais de saúde e forças de segurança e que garantem o apoio alimentar a crianças do escalão A e B;
- Alargamento do período escolar, após o levantamento do estado de emergência, para que alunos/as em situação de vulnerabilidade que não tenham tido o acompanhamento pedagógico

necessário, de modo a não comprometer os resultados;

- Criação de uma linha de apoio financeiro dirigida a entidades da economia social, em especial as organizações que trabalham em contexto de desenvolvimento local, para que possam candidatar projetos que proponham a criação destas redes de apoio e outras soluções que respondam a necessidades concretas identificadas junto das comunidades educativas;
- Maior cobertura de rede móvel, assegurando a qualidade de sinal, em territórios com dificuldade de acesso;
- Democratização do acesso à tecnologia, disponibilizando equipamentos informáticos (computadores, *tablets*) a quem não tenha acesso e internet gratuita aos agregados familiares que não tenham possibilidade de pagar o serviço, nomeadamente em parceria com empresas no âmbito da sua responsabilidade social;
- Articulação entre as entidades sociais que prestam o serviço de entrega de refeições ao domicílio e as Escolas e municípios, no sentido de abrangerem agregados familiares em situação de vulnerabilidade económica;
- Reativação das bibliotecas itinerantes para promover a leitura junto das crianças e jovens, em alternativa à internet;
- Disponibilização de equipamento e material de segurança necessário neste contexto epidemiológico a técnicos/as de intervenção social que prestam

apoio a crianças e jovens em risco.

Lisboa, 9 abril 2020

As organizações de Desenvolvimento Local que subscrevem este documento, reiteram a disponibilidade de, neste contexto extraordinário de crise, onde o trabalho em parceria e em rede ganha um valor adicional, trabalhar e discutir com o Estado e os diferentes agentes com intervenção no território, nas suas diferentes escalas, soluções que garantam a segurança e o bem-estar socio emocional de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.

As organizações que subscrevem este documento, são a:

AJD - Associação Juvenil de Deão
Associação Slow Movement
 Portugal
Barafunda - Associação Juvenil e Cultural de Solidariedade Social
CSCL - Centro Social Comunitário do Landal
CMCD - Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Idanha-a-Nova
Cooperativa SEIES
ECOS - Cooperativa de Educação, Cooperação e Desenvolvimento, CRL
Coolabora
Ecogerminar
ICE - Instituto das Comunidades Educativas
Rota do Guadiana - Associação Desenvolvimento Integrado
Taipa - Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado
Tempo de Mudar
Terras Dentro

ANIMAR PEDE REFORÇO DE MEDIDAS DE APOIO ÀS COMUNIDADES CIGANAS

A Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, no quadro da sua atividade em rede, encontra-se a dinamizar um Grupo de Trabalho subordinado ao tema das Comunidades Ciganas em contexto escolar, desde janeiro de 2020.

Este grupo de trabalho, constituído por um alargado conjunto de organizações e pessoas com intervenção junto das comunidades ciganas, entre outras entidades de reconhecido mérito no trabalho junto das minorias, considera que o momento atual justifica uma tomada de posição no que diz respeito à exigência de medidas fortes e concertadas de apoio a estas comunidades, reforçando as já tomadas por algumas organizações da sociedade civil.

Atualmente, face às medidas a que todos estamos sujeitos fruto de um Estado de Emergência que visa a luta contra a pandemia do COVID-19, consideramos que as comunidades ciganas, pelas suas características ao nível social e económico se encontram em situação de extraordinária vulnerabilidade a que é urgente responder.

Considerando que a Animar e as organizações pertencentes ao grupo de trabalho:

- Estão atentas à vulnerabilidade associada a estas comunidades;
- Conhecem as recentes notícias que dão conta de situações de várias famílias expulsas de Espanha para Portugal sem

- qualquer tipo de concertação;
- Pretendem reforçar as tomadas de posição já efetuadas por várias entidades a nível nacional, regional e local;
- Reconhecem a urgência na tomada de medidas de proteção destas comunidades e, conseqüentemente a proteção de todos e de todas.

Solicitam que sejam tomadas em consideração as seguintes questões, que afetam famílias das comunidades ciganas bem como outras famílias em iguais circunstâncias, e tomadas medidas efetivas:

- Considerando as famílias que vivem financeiramente da prática da venda ambulante em feiras e mercados que atualmente têm a sua atividade comprometida, é fundamental prever medidas excecionais de apoio financeiro que visem colmatar a falta de rendimentos;
- Considerando as famílias que vivem em habitações sociais, é fundamental a suspensão do pagamento das rendas de casa;
- Considerando as famílias que vivem aglomeradas em barracas é fundamental contemplar habitação condigna e acesso a bens de primeira necessidade que permitam o isolamento previsto e exigido pelo atual Estado de Emergência;
- Considerando as famílias que mantêm a prática do culto religioso presencial e coletivo, é fundamental prever

sensibilização e a suspensão da liberdade desta prática, em sequência do Estado de Emergência em que vivemos;

- Considerando as famílias nómadas é fundamental disponibilizar “parques nómadas”, em cada distrito com acesso gratuito a água, com instalações sanitárias e de cozinha. Apoio sanitário que permita o diagnóstico e isolamento sanitário quando necessário, bem como apoio social para alimentação, roupa e artigos de higiene;
- Considerando o facto de em muitos concelhos existir a figura do/a Mediador/a Intercultural, estes devem ser fontes de informação junto das comunidades ciganas, explicando as medidas inerentes ao Estado de Emergência.

Devem também ser envolvidos pelas Autarquias na definição de planos de contingência específicos para as comunidades ciganas locais. O papel destes agentes é essencial na medida em que conseguem comunicar de forma mais eficaz com as comunidades e por isso ajudam a preservar a saúde destes grupos sociais que nem sempre dominam a linguagem oficial usada nos decretos e comunicados; Considerando a suspensão das atividades letivas na forma presencial é fundamental garantir que os/as alunos/as pertencentes às comunidades ciganas têm acesso a meios e recursos que garantam a continuidade dos seus estudos neste período.

As organizações que subscrevem este documento, disponibilizam-se neste contexto extraordinário de crise, onde o trabalho em parceria e em rede ganha um valor adicional, a trabalhar e discutir com o Estado, nas suas diferentes escalas, soluções que garantam a segurança e dignidade das comunidades ciganas.

31 Março de 2020

ENTIDADES SUBSCRITORAS:

Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

Coolabora - Intervenção Social

ECOS - Cooperativa de Educação, Cooperação e Desenvolvimento, CRL

SEIES - Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social

ICE - Instituto das Comunidades Educativas

Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado

Sílaba Dinâmica

Associação para a Igualdade de Género nas Comunidades Ciganas

Letras Nómadas

EM DEFESA DOS DIREITOS DOS IMIGRANTES

POR UM TRATAMENTO JUSTO E HUMANO DOS IMIGRANTES

I

A luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos dos imigrantes tem décadas no nosso país. Tem sido uma luta longa e difícil pela dignificação da pessoa humana, contra atavismos e

preconceitos, medos, ódios e políticas ditadas por interesses alheios aos direitos humanos.

Nos últimos meses foi aprovado pela Assembleia da República um conjunto de alterações às leis que regulam a estadia e os processos de obtenção de vistos, legalização, obtenção da nacionalidade portuguesa, reagrupamento familiar e acesso à segurança social pelos imigrantes. Alterações importantes e há muito reivindicadas pelas associações de imigrantes e por organismos e entidades que com eles trabalham, mas que ainda assim ficam aquém do desejado, principalmente no que respeita às questões laborais e de acesso à habitação.¹

II

Os imigrantes continuam a ser confrontados no seu dia-a-dia com preconceitos xenófobos e racistas, a ver recusado o acesso à habitação devido à cor da sua pele ou nacionalidade; a ver as suas vidas tolhidas anos a fio dada a tremenda dificuldade em se legalizar, enfrentado impotentes uma burocracia lenta, desesperante, muitas vezes irracional e discricionária que os torna presa fácil de interesses mafiosos; a ter de se sujeitar à lei da selva do trabalho clandestino, muitas vezes a roçar a escravatura, nomeadamente nas novas explorações agrícolas que florescem no Alentejo, em torno do Alqueva, e no Algarve; a deparar-se com dificuldades incompreensíveis no que respeita à educação.

III

A mundialização das economias e a subsequente desregulamentação do mercado de trabalho a reboque dos ideários neoliberais, as guerras, as alterações climáticas e a persistente crise de 2007 agravaram drasticamente as condições de vida dos desfavorecidos, degradando ainda mais as suas já precárias condições de vida e escassos direitos. O resultado está a ser uma continuada vaga migratória de milhões de seres humanos que fogem à guerra, à fome, às perseguições políticas e religiosas, em busca de uma vida melhor para si e os seus que, como a realidade mostra à saciedade, não pode ser debelada com medidas securitárias e fecho de fronteiras em nome do combate ao terrorismo, nem o acantonamento dos imigrantes, aos milhares, nos campos de internamento pagos pela UE, existentes em países da sua periferia, para que estes não cruzem as fronteiras de Schengen. Campos onde não entra a dignidade humana, se morre de frio e doença, por vezes de fome e inanição, onde crianças e mulheres são recorrentemente violadas e mercadoria para tráfico, prostituição e mão-de-obra escrava.

1- POR LEIS JUSTAS E HUMANAS

Apesar das recentes e positivas alterações (a aguardar discussão na especialidade e regulamentação), a lei de

imigração não vai impedir que milhares de imigrantes a viver e a trabalhar em Portugal continuem a ser abusados por patrões sem escrúpulos, nem vítimas de uma burocracia tremenda, cara e lenta, no que respeita à regularização da sua situação e dos seus.

Entendemos que uma lei de imigração digna de seres humanos deve assentar na igualdade de direitos entre nacionais e estrangeiros e no respeito dos direitos humanos, potenciando assim a real inclusão dos imigrantes na sociedade portuguesa.

Uma tal lei de imigração deverá contemplar:

- **a regularização de todos os imigrantes** que vivem e trabalham em Portugal, devendo este ser um processo permanente;
- **a emissão de um visto temporário** para todos os imigrantes chegados a Portugal, oriundos ou não do espaço Schengen² válido até à regularização da sua situação, permitindo-lhes trabalhar e alugar uma casa;
- **a desburocratização dos processos** de regularização e renovação de documentos e reagrupamento familiar, garantindo a aplicação do princípio do deferimento tácito;
- **permitir aos imigrantes desempenhar qualquer profissão ou atividade** como trabalhadores independentes agilizando os procedimentos de obtenção do NIF;
- **recusar qualquer política de quotas;**

- **pôr fim ao tecto salarial no reagrupamento familiar**, revogando a portaria 1563/2007³;
- **terminar com as taxas diferenciadas** para nacionais e estrangeiros na prestação de um mesmo serviço ou acto pela administração pública;
- **quando houver taxas específicas** – aquelas que só abrangem os imigrantes –, que estas sejam niveladas por baixo (as taxas devem ser iguais para todos os imigrantes, independentemente da sua nacionalidade, sendo que a emissão de um visto ou autorização deve ter uma taxa idêntica à de um cartão de cidadão);
- **possibilitar o recurso aos tribunais**, com efeito suspensivo, em todas as decisões do SEF;
- **garantir assessoria jurídica de qualidade** a todos os imigrantes que não disponham de meios para assegurarem a sua defesa;
- **o fim das expulsões administrativa e judicial**, designadamente a pena acessória de expulsão;
- **abolir todas as medidas e disposições que favoreçam ou permitam todas as formas de discriminação contidas na lei**, atribuindo aos imigrantes residentes em Portugal os mesmos direitos políticos, sociais e laborais que aos portugueses, incluindo o direito de voto, de eleger e ser eleito para todos os órgãos de soberania – autarquias, Assembleia da República e Presidência da República.

2 - DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICOS

a) **A lei da nacionalidade deve ser melhorada** de modo a:

- que esta passe a **reconhecer a nacionalidade portuguesa a quem nasce em território português** (aplicação do princípio de *jus solis*);
- **que tenha efeito retroativo**, no que respeita à atribuição da nacionalidade portuguesa, aos imigrantes que entraram em Portugal antes da aprovação das alterações à lei pela AR em 12/12/2019;
- **que seja revogada a disposição que proíbe a atribuição de nacionalidade portuguesa a estrangeiros condenados a penas de prisão de 3 ou mais anos;**
- **que nacionais e estrangeiros residentes em Portugal possam ser tratados da mesma maneira**, usufruindo dos mesmos direitos e deveres;

b) **A todos deve ser garantida igual proteção social e acesso à educação e saúde**, garantindo:

- **a proteção no desemprego**, assegurando as mesmas condições de acesso ao subsídio de desemprego a nacionais e estrangeiros, extinguindo a obrigação de possuir um título de residência válido para aceder ao subsídio de desemprego quando a pessoa em causa possa provar ter efetuado descontos para a segurança social, durante pelo menos de 12 meses;
- **que a ACT - Autoridade para as Condições de Trabalho seja dotada dos meios humanos e**

- de fiscalização** necessários ao combate às novas formas de escravatura que proliferam na agricultura, em particular no Alentejo e Algarve, que, dada a sua dimensão, exige uma intervenção firme, continuada e dissuasora das autoridades portuguesas;
- **que o SEF seja dotado dos meios humanos e técnicos** que permitam pôr fim ao intolerável arrastamento dos processos de legalização;
 - **a criação de um fundo para apoio dos imigrantes irregulares no território continental**, acautelando situações indignas, violadoras das dignidade das pessoas e dos direitos humanos;
 - **igual acesso aos apoios da Segurança Social pelos imigrantes indocumentados** de forma a evitar situações de exclusão e os problemas dela decorrentes, em casos de comprovada carência de meios de subsistência;
 - **que sejam disponibilizados aos imigrantes indocumentados outros tipos de apoio**, nomeadamente em horas de aconselhamento técnico, logístico, tradução/interpretação, transporte de/para os serviços competentes, aquisição de fotografias, emissão de certidões, etc.;
 - **uma rede de creches e jardins-de-infância em todos os bairros**, com horário alargado, das 6,00h às 23,00h, com os custos indexados aos rendimentos e despesas do agregado familiar que a ela recorra;
 - **que a Escola seja inclusiva**, com programas escolares adequados às novas realidades multiculturais, um espaço em que convivem crianças, jovens e adultos de todo o mundo, onde se cruzam e dialogam culturas, tradições, credos, saberes, etc. A Escola tem de ser um espaço de valorização da diferença. Para isso devem estar dotadas de melhores condições,
 - **nomeadamente de profissionais de várias áreas**, incluindo mediadores socioculturais;
 - **avaliar o impacto da disciplina Educação para a Cidadania nas escolas**, em particular na vertente Interculturalidade;
 - **a criação de uma disciplina**, com carácter opcional, para o sistema de ensino profissional, **que aborde a história da emigração portuguesa e da imigração** para Portugal;
 - **condições que permitam e incentivem a participação de todos na prática cultural**, retirando a certas expressões culturais e estéticas o carácter “exótico” ou “étnico”, combatendo a guetização cultural;
 - **a desburocratização do processo de atribuição do cartão de utente do Serviço Nacional de Saúde** aos imigrantes, tenham ou não a sua situação regularizada;
 - **criação de unidades móveis de saúde que circulem pelas zonas rurais**, junto às produções agrícolas, disponibilizando cuidados básicos de saúde aos imigrantes indocumentados ou em processo de regularização;
 - **criação de um programa de educação e integração de adultos nas escolas**, para aprendizagem da língua portuguesa;
 - **criar metodologias de aprendizagem adaptadas às especificidades dos imigrantes**, adequando as datas dos cursos aos ciclos de sazonalidade agrícola;
 - **proceder**, tão rápido quanto possível, **à aprovação na especialidade e à regulamentação das leis recentemente aprovadas** na generalidade pela Assembleia da República.
- ### 3 - HABITAÇÃO
- Portugal viveu até à recente aprovação da Lei de Bases da Habitação sem qualquer política de habitação coerente e continuada. Apesar da Lei de Bases, o direito há habitação continua a não ser reconhecido, na prática, como fundamental à vida humana. A habitação continua a ser vista sobretudo como uma mercadoria e um investimento, impulsionando-se assim a especulação imobiliária e o endividamento das famílias. Neste particular, os imigrantes são aqueles para quem o acesso à habitação é quase uma miragem, sendo muitos forçados a viver amontoados em quartos, em situações de promiscuidade, sem privacidade, em contentores, na rua ou nos locais de trabalho, em barracas e casas degradadas. Ao longo dos anos, governos e autarquias, vêm admitindo e lamentando os graves problemas no acesso há habitação e os inaceitáveis problemas sociais que

daí decorrem. Mas nada acontece: os governos responsabilizam as autarquias, estas o governo, num jogo do empurra que vai eternizando a injustiça e fazendo do direito à habitação uma figura de retórica, que tem na recente aprovação de legislação que autoriza o alojamento de imigrantes a trabalhar na agricultura em contentores – nunca situados a menos de 2 km dos povoados – a sua manifestação mais grotesca.

O direito à habitação é um direito humano. Não há dignidade sem tecto. O Estado deve, pois, garantir o cumprimento do artigo 65º da Constituição da República, criando as condições para que todos os que vivem neste país habitem numa casa com salubridade e adequada à dimensão do seu agregado familiar, independentemente da sua origem, condição social, económica, etnia e cultural.

Para isso impõe-se:

- **proceder de acordo com o estabelecido na Lei de Bases da Habitação**, criando uma efetiva política de habitação que não esteja submetida ou condicionada por outros interesses que não os das pessoas que vivem do seu trabalho, que promova o arrendamento a preços baixos, indexados aos rendimentos e despesas das famílias, que seja inclusiva e não guetizante;
- **que se combata a especulação e os grandes interesses imobiliários**, intervindo o Estado no mercado de habitação para fazer baixar os preços especulativos das habitações e

das rendas, reabilitando e construindo a custos controlados, combatendo assim a desertificação, a terciarização ou a inundação dos centros históricos e populares, por hotéis, pensões, *hostels*, *tuc-tuc*, lojas só para turistas, etc.;

- **o fim dos vistos Gold** (a decisão do governo de agora só permitir a sua emissão no interior do país, proibindo-a nas grandes cidades do litoral, só muda o problema de sítio, transferindo a especulação imobiliária do litoral para o interior e dos grandes centros urbanos para o rural, acelerando a sua desertificação).

4 - LIBERDADES E GARANTIAS

O respeito pela integridade física de qualquer ser humano é uma aquisição civilizacional, integrante dos direitos, liberdades e garantias fundamentais de qualquer cidadão.

É recorrente, na comunicação social e nas redes social, a denuncia de abusos cometidos pelas forças policiais – espancamentos e agressões dentro e fora das esquadras, tratamento abusivo, provocatório e desrespeitoso na forma como muitas vezes se dirigem a quem não tem o aspecto ou a cor de pele certa, a quem é pobre ou vive nos bairros ditos “problemáticos”, de que as policias mentem ao elaborar os autos sobre situações que envolvam insultos e/ou violência – situações que ano após ano vão sendo corroboradas pelos relatórios da Amnistia Internacional, da Human Rights

Watch e outras entidades.

Assim, para que haja transparência, verdade e justiça há que:

- legislar no sentido de **enquadrar**, de maneira tão clara quanto possível, **a natureza e os limites de atuação das forças policiais;**
- **instalar camaras de videovigilância** em todos os balcões de atendimento do SEF, esquadras e viaturas policiais, tal como nos agentes policiais, a exemplo do que já acontece em alguns estados dos EUA;
- **dotar as esquadras de polícia e os postos de controlo e confinamento de estrangeiros de um corpo de advogados** capaz de inibir as atuações à margem da lei e garantir proteção adequada e justa, prevenindo a prepotência e o abuso;
- **reforçar a formação**, que se quer continuada, **dos agentes das polícias** relativamente aos direitos humanos, ao exercício das liberdades cívicas e políticas, do direito à privacidade e à diversidade cultural do género humano;
- **que sejam criados mecanismos efetivos de fiscalização** das práticas de arrendamento de prédios urbanos, criando rácios máximo de lotação dos alojamentos em função do número de quartos e permitindo que a GNR possa fiscalizar e impedir as situações de sobrelotação dos alojamentos.

Julho de 2020

NOTAS

1)- a obtenção de autorização de residência passou a ser possível após 12 meses de descontos para a Segurança Social, mesmo para quem tenha entrado ilegalmente no país.

Aprovado pela AR em 22 de Fevereiro 2020;

-um imigrante pode requerer autorização de residência sem estar inscrito na Segurança Social desde que tenha um contrato promessa de trabalho.

Aprovado pela AR em 12 Dezembro 2019;

-já é possível a um imigrante inscrever-se na Segurança Social com um contrato promessa de trabalho.

Aprovado pela AR em 12 Dezembro 2019;

-os filhos de imigrantes a residir em Portugal, nascidos em Portugal podem requerer a nacionalidade portuguesa.

Aprovado pela AR em 12 Dezembro 2019.

2) só é considerado em situação legal o estrangeir que:

- tenha visto Schengen;
- tenha entrado no país dentro do prazo de validade do visto Schengen (15 a 30 dias);
- faça prova dessa entrada.

3) (diz a lei:

1- Não é permitida a entrada no País de cidadãos estrangeiros que não disponham de meios de subsistência suficientes, quer para o período da estada quer para a viagem para o país no qual a sua admissão esteja garantida, ou que não estejam em condições de adquirir legalmente esses meios.

2- Para efeitos de entrada e

permanência, devem os estrangeiros dispor, em meios de pagamento, per capita, dos valores fixados por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da administração interna, do emprego e da segurança social, os quais podem ser dispensados aos que provem ter alimentação e alojamento assegurados durante a respetiva estada.

3- Os quantitativos fixados nos termos do número anterior são atualizados automaticamente de acordo com as percentagens de aumento da remuneração mínima nacional mais elevada).

SUBSCREVEM ESTE CADERNO:

ACERT – Associação Cultural e Recreativa de Tondela

ACTIVAR – Associação de Cooperação da Lousã

ADIBER – Associação de Desenvolvimento de Góis e Beira Serra

ADIP – Associação de Desenvolvimento Integrado de Poiães

Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

Bué Fixe – Associação de Jovens

Casa da Esquina – Associação Cultural

CDCL – Centro de Desenvolvimento Comunitário do Landal

Coolabora – Intervenção Social

CRESAÇOR – Cooperativa Regional de Economia Social e Solidária

ICE – Instituto das Comunidades Educativas

Menos60Mais – Associação de Desenvolvimento Social

Oikos – Cooperação e Desenvolvimento

Questão de Igualdade – Associação para a Inovação Social

Rota do Guadiana – Associação de Desenvolvimento Integrado

SEIES – Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social

Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 - Indicadores para Portugal, INE, 2018, 192 páginas.



Nesta publicação bilingue (português e inglês) o INE apresenta os indicadores disponíveis para Portugal, decorrentes do quadro global de indicadores adotado pelas Nações Unidas para acompanhar os progressos realizados no âmbito dos ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Os indicadores apresentados são maioritariamente produzidos ou divulgados no contexto do Sistema Estatístico Nacional, permitindo uma leitura estatística do desempenho nacional em relação aos ODS, desde 2010 até ao ano mais recente disponível. É apresentada uma análise sintética do comportamento de cada indicador no período de referência, abrangendo os 17 ODS e, sempre que disponível e relevante, incluindo dados com desagregação geográfica a nível

III da NUTS e a nível de município. São também divulgadas notas de enquadramento sobre a Agenda 2030 e sobre o ponto de situação em Portugal, relativamente ao plano e acompanhamento nacionais da implementação dos ODS.

Disponível no Centro de Documentação da Animar, em PDF (<https://www.animardl.pt/documentacao/pdf/97-economia-social-terceiro-sector/3626-objetivos-dedesenvolvimento-sustentavel-agenda-2030-indicadores-para-portugal>)

Biodiversidade das terras agrícolas: o contributo da PAC não travou o declínio - Relatório especial, Tribunal de Contas Europeu, 2020, 61 páginas



Apesar das medidas específicas da PAC a biodiversidade continua a diminuir nas áreas agrícolas da Europa. Esta a

constatação de um relatório do Tribunal de Contas Europeu, publicado em 5 de Junho de 2020, para o qual as medidas específicas da PAC de combate ao declínio da biodiversidade em áreas agrícolas têm-se revelado ineficazes. A agricultura intensiva é apontada como a principal causa da diminuição da biodiversidade, sendo salientada a redução do número de aves e insetos, mas também da abundância e variedade de vegetação natural.

Em 2011, a Comissão Europeia aprovou uma estratégia para travar a perda de biodiversidade até 2020, tendo-se comprometido a aumentar a contribuição da agricultura e da silvicultura para a sua proteção, nomeadamente através de medidas a levar a cabo no âmbito da PAC.

O Tribunal de Contas Europeu veio agora revelar que, apesar de não terem sido definidas metas mensuráveis para a avaliação dos efeitos da agricultura na biodiversidade, os resultados da estratégia são muito insuficientes e que a agricultura continua a representar uma importante ameaça, em particular a agricultura intensiva.

Para além disso, o Tribunal de Contas Europeu critica a excessiva aposta nos pagamentos diretos, cujos resultados na manutenção da biodiversidade das terras agrícolas é "reduzido ou desconhecido", defendendo uma maior aposta em medidas de desenvolvimento rural, que apoiem práticas agrícolas respeitadoras do ambiente.

O Tribunal de Contas Europeu recomenda que a Comissão Europeia coordene melhor a estratégia de biodiversidade da União para 2030, que reforce o contributo dos pagamentos diretos e do desenvolvimento rural para a biodiversidade nas áreas agrícolas, que faça um acompanhamento mais rigoroso das despesas nesta matéria e que desenvolva metas e indicadores mensuráveis para avaliar o impacto da agricultura e das medidas da PAC na biodiversidade.

Relatório em Português em https://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/SR20_13/SR_Biodiversity_on_farmland_PT.pdfz

O uso da água em Portugal

- **10 ideias chave**, C- The Consumer Intelligence Lab, projecto de conhecimento Return On Ideas, Filipa Dias e Catarina Correia, Fundação Calouste Gulbrnkian, 2020.



Neste caderno estão colocadas 10 ideias estruturantes de um programa sobre a sustentabilidade da água, decorrentes da investigação patrocinada pela Fundação Calouste Gulbenkian, que desafiou o C-Lab - The Consumer Intelligence Lab a desenvolver uma grande investigação sobre a problemática do uso da água em Portugal, num contexto em que o país se confronta com o risco de cenários de escassez, já nas próximas duas décadas.

Disponível em PDF, em <https://www.animar-dl.pt/documentacao/pdf/95-ecologia/3658-o-uso-da-agua-em-portugal-10-ideias-chave>

Plano metropolitano de adaptação às alterações climáticas – Resumo, PMAAC-AML, edição da Área Metropolitana de Lisboa, 2019.



O PMAAC-AML (Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações climáticas da Área Metropolitana de Lisboa) resulta de um trabalho de dois anos,

realizado nos municípios da Grande Lisboa com o objectivo de de *“preparar a comunidade metropolitana, nomeadamente os cidadãos e os seus actores estratégicos – públicos e privados – para o caminho adaptativo que é necessário trilhar, iniciando-se pela adaptação à variabilidade climática de curto prazo e aos eventos extremos, e visando, como objectivo de longo prazo, reduzir as vulnerabilidades e os riscos do território decorrentes das alterações climáticas.”*

O Plano pretende igualmente ser um *“instrumento fundamental para, por um lado, concretizar as estratégias europeias e nacional de adaptação às alterações climáticas, criando as condições para a sua operacionalização à escala regional”* (...) *“e, enquadrar o planeamento adaptativo local – a realizar por cada uma das autarquias – definindo uma estratégia que potencie sinergias no conhecimento das vulnerabilidades e dos riscos, bem como no delinear e na concretização posterior de opções, medidas e acções de adaptação de âmbito intermunicipal.”*

Água é vida, Agência Europeia do Ambiente, Serviço de Publicações da EU, 2018. *“Os rios, lagos e mares da Europa estão sob pressão causada pela poluição, pela sobre-exploração e pelas alterações climáticas. Como garantir uma utilização sustentável deste recurso vital?”*

É a esta questão fundamental para a continuidade da existência da espécie humana que se procura dar resposta no conjunto de textos, depoimentos e relato de experiências acolhidos nesta



publicação. Soluções que, segundo os responsáveis pela edição, passam “cooperação e estruturas de governação que” (...) na União Europeia, “coloquem a tónica na cooperação regional e global. A UE desempenha um papel ativo nas estruturas de governação, desde os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas às estruturas de cooperação regional, como a Comissão Internacional para a Proteção do Rio Danúbio ou a Comissão OSPAR para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste (...). Ainda segundo a AEA, o “caminho para uma utilização sustentável da água e dos seus recursos passa pela eficiência, pela inovação, pela prevenção dos resíduos (por exemplo, redução das fugas), pela reutilização, pela reciclagem – elementos essenciais de uma economia circular”, estando a Agência em condições de “fazer uma análise integrada daquilo que desencadeia a mudança, do que está

a mudar e da forma como essa mudança ocorre. Podemos identificar medidas eficazes no terreno e criar redes para partilhar essa informação” (...) “fundamental para a definição das futuras políticas da UE no domínio da água”, nomeadamente no que respeita à “Diretiva-Quadro «Água» e a Diretiva relativa ao tratamento de águas residuais urbanas, estão a ser avaliadas e poderão ser posteriormente revistas.” Disponível em PDF, em <https://www.animar-dl.pt/documentacao/pdf/95-ecologia/3647-agua-e-vida>

O ambiente na Europa: Estado e perspetivas 2020 - Sumário executivo, Agência Europeia do Ambiente, Serviço de Publicações da EU, 2019, 18 páginas.



Este relatório sobre o ambiente na Europa tem como base os trabalhos da Rede Europeia de Informação e de Observação do

Ambiente e conclui que a “Europa enfrenta desafios ambientais de uma escala e urgência sem precedentes” em domínios como “a perda da biodiversidade, a utilização de recursos, o impacto das alterações climáticas e os riscos ambientais que afetam a saúde e o bem-estar. As megatendências globais, como as alterações demográficas, estão a intensificar muitos desafios ambientais, ao mesmo tempo que a rápida mudança tecnológica traz novos riscos e incertezas.” Pelo que a Europa precisa de “encontrar formas de transformar os principais sistemas sociais que conduzem a pressões ambientais e climáticas e a impactos na saúde – repensar não só as tecnologias e os processos de produção, mas também os padrões de consumo e os modos de vida.” Disponível em PDF em <https://www.eea.europa.eu/pt/publications/o-ambiente-na-europa-estado>